



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

EXEQUIBILIDADE QUANTO À PROPOSTA APRESENTADA – CAMPUS IV

JUSTIFICATIVA QUANTO À DILIGÊNCIA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2019

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, nº 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, para os fins de atendimento a diligência, inserida no Quadro de Avisos do Sistema Comprasnet, 13 de novembro de 2019, conforme abaixo:

01. EMPRESA: FORÇA ALERTA. GRUPO: IV. Planilha 4: PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS I (pág.11) ERRO?: Planilha deve estar referindo-se à "vigilância armada motorizada, noturna"

Realizamos a organização das planilhas e de suas descrições, não alterando a substância dos valores vinculados ao último lance. (Ver anexo)

02. MÓDULO 3 - Justificar os percentuais adotados.

Apresentamos as justificativas abaixo para os percentuais inseridos no Módulo 3:

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Justificativa
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	Percentual de 0,833%: será aplicado a cerca de 10% dos funcionários essa modalidade de aviso. Memória: (1 mês de aviso/12 meses x 10%)
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	Percentual de 8,000%: será aplicado a o percentual de 8% sobre o valor do aviso



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

			indenizado. Memória: (8% x Valor do Aviso Indenizado)
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	Percentual de 0,400%: será aplicado a cerca de 10% dos funcionários essa modalidade de aviso indenizado. Memória: (8% do FGTS x 5% x 10%)
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	Percentual de 1,750%: será aplicado a cerca de 90% dos funcionários essa modalidade de aviso. Memória: (7 dias/30 dias/12 meses x 90%)
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	Percentual de 36,290%: será aplicado a o percentual de 36,290% sobre o valor do aviso trabalhado. Memória: (36,290% x Valor do Aviso Trabalhado)
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	Percentual de 3,600%: será aplicado a cerca de 90% dos funcionários essa modalidade de aviso. Memória: (8% do FGTS x 5% x 90%)

03. MÓDULO 6 - Explicar itens A e B.

Apresentamos as justificativas abaixo para os percentuais inseridos no Módulo 6:

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Justificativa
A	Custos Indiretos	0,640% - Item 13/ 4,655% - Item 14/ 2,140% - Item 15/ 1,950% - Item 16/	Cabe ressaltar que os custos são tudo aquilo que gira entorno da parte organizacional, administrativa da empresa e de seus contratos. Os percentuais aplicados nas planilhas dos itens 13, 14, 15 e 16 expressam os custos suficientes para a execução dos serviços, tais como: água, luz, telefone, aluguel, funcionários administrativos, material de expediente, setor operacional, entre outros.
B	Lucro (MT + M6.A)	0,630% - Item 13/ 4,650% - Item 14/ 2,140% - Item 15/ 1,940% - Item 16/	Na mesma perspectiva, o lucro, nada mais é que a rentabilidade, o ganho, referente a atividade exercitada, e nas planilhas orçamentárias a sua incidência é sobre todos os módulos descritos na IN 5 (Módulos 1,2,3,4,5+Custos Indiretos). Os percentuais aplicados nas planilhas dos itens 13, 14, 15 e 16: expressam o lucro referente a execução dos serviços.



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

04. Análise: *“Destacamos que a empresa apresentou os seguintes valores por posto para os itens dos lotes:*

CAMPUS IV - Valor: R\$ 6.121,50. Descrição: *Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.*

CAMPUS IV - Valor: R\$ 7.708,18. Descrição: *Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.*

Todos os valores acima apresentados pela empresa são inferiores aos valores mínimos aplicados pela SEGES/MP, expressos no Caderno Técnico de Vigilância 2019 - PB, que correspondem a:

a) Descrição: Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. Valor mínimo: R\$ 7.417,46.

b) Descrição: Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. Valor mínimo: R\$ 8.845,77.

Nas condições analisadas e considerando, especificamente, os termos do Edital, 7.9.1 As propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, disponibilizado em meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>), deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos itens 9.2 a 9.6 do Anexo VII-A, da Instrução Normativa/SEGES/MP n.º 5/2017 (Portaria SEGES/MP n. 213, de 25 de setembro de 2017).

7.11.6.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes. E ainda, em observância ao capítulo 7 do Edital, "Da Aceitabilidade da Proposta Vencedora", e considerando os itens e seus subitens, respectivamente, quando houver, (7.1), (7.2), (7.4), (7.7), (7.8), (7.9) e (7.11), Recomenda-se que a empresa demonstre de forma inequívoca a exequibilidade de suas propostas nos prazos estabelecidos no Edital, sob pena de desclassificação.

Apresentamos as justificativas abaixo para os valores inferiores a MPOG 2019:



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

Os valores mínimos atribuídos pela MPOG para o Estado da Paraíba, é de R\$ 7.417,46 e R\$ 8.845,77, respectivamente para posto 12x36 diurno e posto 12x36 noturno.

Como forma de comprovar a exequibilidade dos prepostos cotados pela FORÇA ALERTA, requer a **JUNTADA** de contratos (e outros demonstrativos), **referente ao ano de 2019** que, mesmo os valores estando inferiores ao MPOG ou Caderno Técnico, estão sendo executados de forma satisfatória, sem ensejar quaisquer prejuízos à Administração Pública ou a essa licitante. Alguns desses contratos são: UFCG – Campus Campina Grande; TJPB; TRT 13. (Ver anexo)

Dito isto, pontuamos que a administração pública **NÃO** terá nenhum prejuízo ao seu erário, isso porque os serviços serão executados nos exatos termos do edital, **até mesmo porque a licitante (FORÇA ALERTA) declarou que cumpre e cumprirá TODOS OS REQUISITOS DO EDITAL, dentre eles todas as cláusulas contratuais, pelo que assegurou que a avença será cumprida de forma satisfatória, independentemente do preço proposto. Contudo, como já dito, o preço cotado pela peticionante é capaz de atender todos os custos operacionais e administrativos do contrato doravante firmado, uma vez que são praticados em outros contratos.**

Inclusive, a FORÇA ALERTA juntou aos autos virtuais do Pregão Eletrônico 017/2019, vários atestados de capacidade técnica, **que demonstram inequívoca capacidade operacional**, assim como diversos documentos, tais como: certidões negativas, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, **que demonstram incontroversa capacidade econômico-financeira**, atestando a solidez financeira da peticionante e que suporta todos os ônus da contratação.

Posto isto, é inquestionável que cada empresa possui a sua realidade financeira e operacional, de modo que, o que pode ser inexecutável para uma, necessariamente não quer dizer que seja para outra, “o que pode ser caro para certa empresa, pode ser barato



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

para outra, sem que isso implique eventual risco”. Na mesma linha de raciocínio, a empresa com uma estrutura melhor, terá mais condições de ofertar um **preço mais vantajoso que as demais licitantes.**

Vale destacar, que a **FORÇA ALERTA** é empresa séria, consolidada anos a fio no mercado empresarial, estando presente em 3 (três) estados da federação, contemplando uma equipe técnica permanente em variados setores. Além disso, atualmente tem em andamento a execução de diversos contratos, cujos quais não possuem quaisquer fatos que possa desabonar sua idoneidade técnico-operacional.

Vejamos o que o Relator Augusto Sherman Cavalcanti no Acórdão nº 1.248/2009 transcreve:

“(...) o juízo de inexequibilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, **é perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos como infraestrutura, pessoal, etc., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços.** (...) (TCU, Acórdão nº 1.248/2009, Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti, DOU de 16.06.2009). (grifo nosso).

Não obstante a tudo isso, o entendimento da Corte Suprema de Contas é no sentido de que a Administração deve promover diligências – quantas bastem - para o saneamento de eventuais falhas na proposta, contanto que não haja majoração do valor inicialmente proposto, vejamos:



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

De tal modo, ainda que fosse constatado eventual equívoco quanto aos valores empregados pela FORÇA ALERTA – *que não há* - tal fato **JAMAIS** poderia implicar em desclassificação da licitante, isso porque os valores cotados são devidamente exequíveis para execução contratual. Aliás, sobre este aspecto, vejamos o que dispõe a IN 05/2017, do MPMO:

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Além disso, para exterminar qualquer dúvida, lembramos que é permitido que a licitante realize cotação de valor aproximado a zero, irrisório ou simbólico, uma vez que a própria lei confere aos competidores a prerrogativa de renunciar parte ou a totalidade da remuneração relativa a materiais e instalações de sua própria propriedade, conforme prevê o art. 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93:

Art. 44. (...) § 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (Grifamos.)

Além do mais, quanto da aceitabilidade da proposta vencedora, a licitante ressalta que:

7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação; (IN 05/2017)

Por todo o exposto, em observância ao princípio da cooperação entre as partes e, sobretudo à título de esclarecimentos à UFPB, apresentamos memória de cálculo/justificativas para os demais módulos da planilha orçamentaria, dos postos diurnos e noturnos, motorizados ou não, **a qual demonstra INTEIRA** exequibilidade de todas as planilhas em razão dos fatos e fundamentos ventilados, destacando-se, dentre eles, a solidez financeira e a capacidade operacional inquestionável da peticionante, elementos que asseguram a administração (UFPB) que os serviços doravante contratados **serão executados de forma satisfatória, nos exatos termos do Edital e Termo de Referência.**

Ad cautela, requer a Vossa Senhoria que, se necessário for, conceda a oportunidade de ajuste da proposta (planilhas), visto que qualquer alteração nela feita **não terá majoração do preço global.**



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

Apresentamos abaixo memórias e demais justificativas, de forma geral,
empregadas em nossas planilhas orçamentárias:

MÃO DE OBRA (Apontamentos Gerais)				
Mão de obra vinculada à execução contratual				
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Justificativa	
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA – DIURNO/NOTURNA (MOTORIZADA OU NÃO) - ESCALA 12X36	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19	
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da Remuneração		(NOTA 1 e 2)	Justificativa
A	Salário-Base			Salário Base conforme CCT PB00074/2019 – Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16.
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base '		30% do valor sobre o salário base. Forma de cálculo: 30% x Salário base – Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16.
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT		***não aplicável***
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)		Forma de cálculo: (8horas por dia*(365dias/12meses))*((Salário +30%)/220)*20% do adicional noturno)/2 vigilantes – Para os postos dos Itens 14 e 16 (obs: feita a média por 365 dias para evitar variações mensais no pagamento)
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado		Forma de cálculo: (1 hora de trabalho*(365 dias/12meses))*((Salário+30%)/220))/2. Obs: conforme Reforma Trabalhista não é devido acréscimo de 50% para a Hora Noturna Reduzida – Para os postos dos Itens 14 e 16 (obs: feita a média por 365 dias para evitar variações mensais no pagamento)



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

F	Outros		
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Justificativa
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	Percentual de 8,33%. Memória: 1/12.
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	Percentual de 11,11%. Memória: (1+1/3)/12
SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Justificativa
A	INSS	20,00%	Art. 195, inciso I, alínea "a", CF/88; art. 22, inciso I da Lei 8.212/91. Percentual incidente = 20%
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	"Art 212, § 5º, CF/88; Lei 9.766/98; Decreto 6.03/2006. Percentual incidente = 2,5%"
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	Art 22, inciso II da Lei 8.212/90; art. 10 da Lei 10.666/2003; art 202-A do Regime de Previdência social. Percentual incidente: alíquotas de 1%, 2% ou 3%. <u>Ver SEFIP/FAP web da empresa anexo ao processo</u>
D	SESI / SESC	1,50%	"Art. 30 da Lei 8.036/90, art. 1º da Lei 8.154/90 e Decreto-Lei 2.318/86. Percentual incidente =1,5%"
E	SENAI / SENAC	1,00%	Art. 1º da Lei 8.154/90 e Decreto-Lei 2.318/86. Percentual incidente =1,0%
F	SEBRAE	0,60%	Art 8º, § 3º da Lei 8.029/90. Percentual incidente: 0,6%
G	INCRA	0,20%	Lei 2.613/55; art 1º, inciso I, Decreto-Lei 1.146/70. Percentual incidente = 0,20%
H	FGTS	8,00%	Art 7º, inciso III, CF/88 e o art.15 da Lei 8.036/90. Percentual incidente: 8%
TOTAL		36,290%	<<Soma do módulo>>
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Justificativa
A	Transporte	<u>Sem transporte regulamentado para os</u>	<u>Quando houver.</u> Forma de cálculo: (365dias/12meses)/2)*(R\$ 3,80 conforme Art. 1º Decreto nº 9283 de 8/2/2019*2)-(Salário*3%), deduzido 3% para



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

		<u>Campus II, III e IV</u>	postos 12x36, do salário base do empregado, ou percentual de 6% se aplica a escala 44h/semanais. <u>(obs: feita a média por 365 dias para evitar variações mensais no pagamento)</u>
B	Auxílio Refeição/Alimentação	22 por mes?	Conforme CCTPB00074/2019. Forma de cálculo: $(365 \text{ dias} / 12 \text{ meses}) * R\$ 16,5 / 2 * 20\%$ do PAT - <u>Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16. (obs: feita a média por 365 dias para evitar variações mensais no pagamento)</u>
C	Assistência Médica e Familiar		***
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		Conforme CCTPB00074/2019 - <u>Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16.</u>
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		Forma de cálculo: $(\text{Salário} + 30\% / 220) * 1,5 * (365 \text{ dias} / 12 \text{ meses}) / 2$ vigilantes - <u>Para os postos dos Itens 13 e 15 (obs: feita a média por 365 dias para evitar variações mensais no pagamento)</u> Forma de cálculo: $(\text{Salário} + 30\% + \text{Ad. Noturno} + \text{Hora Reduzida} / 220) * 1,5 * (365 \text{ dias} / 12 \text{ meses}) / 2$ - <u>Para os postos dos Itens 14 e 16 (obs: feita a média por 365 dias para evitar variações mensais no pagamento)</u>
F	Dia do vigilante		Conforme CCTPB00074/2019. Forma de cálculo: $(\text{Total da Remuneração} / 30 \text{ dias}) / 12 \text{ meses} * 2 / 2$ - <u>Para os postos dos Itens 13,14, 15 e 16</u>

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor contido no módulo 2.1
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Valor contido no módulo 2.2
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor contido no módulo 2.3

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Justificativa
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	Percentual de 0,400%: será aplicado a cerca de 10% dos funcionários essa modalidade de aviso indenizado. Memória: (8% do FGTS x 5% x 10%)
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	Percentual de 1,750%: será aplicado a cerca de 90% dos funcionários essa modalidade de aviso. Memória: (7 dias/30 dias/12 meses x 90%)
E		36,290%	Percentual de 36,290%: será aplicado a o percentual de 36,290% sobre o valor do aviso trabalhado. Memória: (36,290% x Valor do Aviso Trabalhado)
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	Percentual de 3,600%: será aplicado a cerca de 90% dos funcionários essa modalidade de aviso. Memória: (8% do FGTS x 5% x 90%)

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

(NOTA 1 e 2)

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS

4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Justificativa
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	Percentual aplicado referente a cobertura do ausente. Memória: (1+1/3)/12/12
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	Percentual aplicado referente a cobertura do ausente. Memória: (2 dias/30)/12
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	Percentual aplicado referente a cobertura do ausente. Memória: durante 5 dias de afastamento
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	Percentual aplicado referente a cobertura do ausente. Memória: (15 dias/30)/12*0,02
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	Percentual aplicado referente a cobertura do ausente. Memória: durante 4 meses de afastamento
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	***

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA

4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDER FICAR DESCOBERTO)		

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
---	--	-------------



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

4.1	Ausências Legais		Valor contido no módulo 4.1	
4.2	Intrajornada		Valor contido no módulo 4.2	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos		(NOTA 1)	Justificativa
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares		Verificar valor contido na planilha auxiliar para o módulo 5 – Insumos Diversos (observar memórias de cálculos) Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16.
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares		Verificar valor contido na planilha auxiliar para o módulo 5 – Insumos Diversos (observar memórias de cálculos) Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16.
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares		Verificar valor contido na planilha auxiliar para o módulo 5 – Insumos Diversos (observar memórias de cálculos) Para os postos dos Itens 13,14,15 e 16.
D	Outros (Moto e Combustível e demais)	Ver planilhas auxiliares		Verificar valor contido na planilha auxiliar para o módulo 5 – Insumos Diversos (observar memórias de cálculos) Para os postos dos Itens 15 e 16.
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		(NOTA 1 e 2)	Justificativa
A	Custos Indiretos	0,640% - Item 13/ 4,655% - Item 14/ 2,140% - Item 15/ 1,950% - Item 16/		Cabe ressaltar que os custos são tudo aquilo que gira entorno da parte organizacional, administrativa da empresa e de seus contratos. Os percentuais aplicados nas planilhas dos itens 13, 14, 15 e 16 expressam os custos suficientes para a execução dos serviços, tais como: água, luz, telefone, aluguel, funcionários administrativos, material de expediente, setor operacional, entre outros.
B	Lucro (MT + M6.A)	0,630% - Item 13/ 4,650% - Item14/ 2,140% - Item 15/ 1,940% - Item 16/		Na mesma perspectiva, o lucro, nada mais é que a rentabilidade, o ganho, referente a atividade exercitada, e nas planilhas orçamentárias a sua incidência é sobre todos os módulos descritos na IN 5 (Módulos 1,2,3,4,5+Custos Indiretos). Os percentuais aplicados nas planilhas dos itens 13, 14, 15 e 16: expressam o lucro referente a execução dos serviços.
C	Tributos	8,650	0,9135	Justificativa
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)		0,650%	Percentual aplicado: 0,650%
	C1. B (COFINS)		3,000%	Percentual aplicado: 3,000%
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

C.3 Tributos Municipais			
C3-A (ISS)		5,000%	Percentual aplicado: 5,000%
SOMA DOS TRIBUTOS		8,650%	Soma do módulo 6 "C"

Mediante aos argumentos e as razões apresentadas, esta licitante reafirma que a Proposta Orçamentária - Campus IV é exequível, sendo mais vantajosa aos cofres da administração (UFPB), para os serviços ora licitados por meio PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019, e caso essa Comissão esboce outro entendimento, estamos à disposição para justificar ou aderir tal solicitação.

Campina Grande-PB, 20 de novembro de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 – SSP-PB
CPF – 024095.094-10



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

CARTA-PROPOSTA

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ n° 10.446.347/0001-16, sediada a Rua Estelita Cruz, n° 221 – Alto Branco – Campina Grande – Paraíba, CEP: 58.401-470, telefone (83) 3341-1700, e-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr. Shigeaki Maracajá Ramos, portador da Carteira de Identidade n° 1.170.00 SSP/PB e do CPF n° 024.095.094-10, apresenta a sua proposta para o **PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL/N° 017/2019**, que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço de vigilância armada e de vigilância armada e motorizada, mediante o fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e insumos necessários para atender as unidades da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em todos os seus Campi, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e em todos os seus anexos, conforme resumo a seguir:

CAMPUS IV

QUADRO RESUMO – VALOR DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV									
Item	Campus	Cidade	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Empregado s por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)	Valor Global do serviço
13	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.060,75	02	R\$ 6.121,50	02	R\$ 12.243,00	R\$ 146.916,00
14	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.854,09	02	R\$ 7.708,18	02	R\$ 15.416,36	R\$ 184.996,32
15	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, diurno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.544,50	02	R\$ 7.089,00	01	R\$ 7.089,00	R\$ 85.068,00
16	IV	Rio Tinto/ Managuape	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 4.047,28	02	R\$ 8.094,56	01	R\$ 8.094,56	R\$ 97.134,72
Valor Mensal dos Serviços								R\$ 42.842,92	
Valor Anual dos Serviços								R\$ 514.115,04	



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL N° 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23074.027886/2019-99

CAMPUS IV

VALORES MENSAL E ANUAL

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV	
Valor Mensal dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos	R\$ 42.842,92
QUADRO RESUMO - VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV	
Valor Anual dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quinhentos e quatorze mil, cento e quinze reais e quatro centavos	R\$ 514.115,04

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data fixada nesta licitação, para a apresentação das propostas.

Prazo para Execução dos Serviços: O prazo para conclusão da execução dos serviços objeto desta licitação será em 04 de dezembro de 2019, conforme TR, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviços emitida pela Prefeitura Universitária, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado em anexo à presente proposta de preços.

Declaramos que serão de nossa responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da referida licitação. Responsabilizamos-nos integralmente pelos prejuízos e danos causados à Universidade Federal da Paraíba e/ou a terceiros, decorrentes do não atendimento de tais obrigações.

Declaramos que recebemos todos os documentos relativos ao Edital e todos os seus anexos; visitamos os locais onde serão executados os serviços; tomamos conhecimento de todas as informações, dificuldades e demais condições para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da presente licitação.

Declaramos que aceitamos a forma de pagamento estabelecida no presente Edital.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

Indicamos a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT SINDICATO DAS



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAÍBA/SSINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAÍBA, registrada no MTE sob nº PB000074/2019, para reger os profissionais alocados ao objeto da licitação. Sendo adotado aos empregados a escala 12x36h, diurnas ou noturnas. Quantidade total será 6 (seis) sendo **2 postos diurnos e 2 noturnos e 1 posto diurno motorizado e 1 noturno motorizado**, divididos e organizados no Campus IV da UFPB. A quantidade total de pessoal alocado na execução contratual será de **12 (doze) vigilantes/profissionais**.

Quanto a relação dos uniformes, materiais e equipamentos, e demais que serão utilizados na execução dos serviços estão em conformidade Termo de Referência (Anexo I).

Os custos com os veículos serão compostos por depreciação, conforme itens Termo de Referência (Anexo I), consumo de combustível, Licenciamento, Equipamentos tais como capacete, Cotoveleira, Joelheira, Luvas, etc.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação, assim, depois de cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

1) Dados da Empresa:

a)	Razão Social:	FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA
b)	CNPJ/MF:	10.446.347/0001-16
c)	Endereço:	RUA ESTELITA CRUZ, Nº 221 – ALTO BRANCO
d)	Cidade/UF:	CAMPINA GRANDE - PB
e)	CEP:	58.401-470
f)	Tel./Fax:	(83) 3341-1700
g)	E-mail:	comercial3@grupoalertasv.com.br diretoria@grupoalertasv.com.br
h)	Banco:	BANCO DO BRASIL
i)	Agência:	Nº 5892
j)	Conta:	Nº 7.766-6

2) Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura da Ata e Contrato:



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

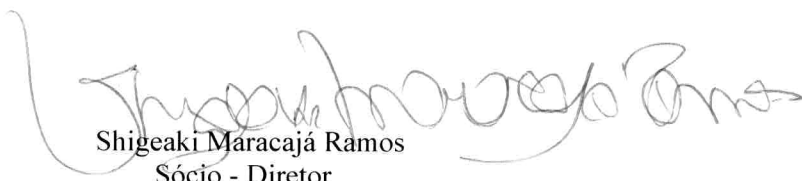
AO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/SOF/CPL Nº 017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23074.027886/2019-99

a)	Nome:	SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS		
b)	Endereço:	RUA: REGINALDO CAVALCANTE PEREIRA, Nº 135 - CENTENARIO		
c)	CEP:	58.400-000		
d)	Cidade/UF:	CAMPINA GRANDE - PB		
e)	CPF/MF:	024.095.094-10		
f)	RG:	1.170.000	Órgão Expedidor:	SSP/PB
h)	Cargo/Função:	SOCIO - DIRETOR		
i)	Naturalidade:	GURJÃO/PB		
h)	Nacionalidade:	BRASILEIRO		
i)	Estado Civil:	CASADO		
k)	E-mail:	diretoria@grupoalertasv.com.br		

Campina Grande-PB, 06 de novembro de 2019.


Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 – SSP-PB
CPF – 024095.094-10



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

Quantitativo por empregado								
Item	Quant	Unidade	Descrição do Material	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	2	Unidade	Calça Comprida	R\$ 17,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00
2	2	Unidade	Camisa - uma de mangas compridas e uma de mangas curtas	R\$ 17,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00	R\$ 34,00
3	1	Unidade	Cinto de guarnição completo	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
4	1	Unidade	Cinto em couro ou nylon	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
5	1	Par	Par de coturno/sapato	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00
6	1	Par	Meia	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
7	1	Unidade	Boné/Quepe	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00
8	1	Unidade	Jaqueta para o frio (agasalho)	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00
9	1	Unidade	Capa de chuva	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
10	1	Unidade	distitivo com logomarca da empresa	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Total					R\$ 224,00	R\$ 224,00	R\$ 224,00	R\$ 224,00
Divide-se por 12 meses do ano					R\$ 18,67	R\$ 18,67	R\$ 18,67	R\$ 18,67

OBS. Descrição completa de cada item consta no termo de referência



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

Quantitativo por posto								
Materiais (ano)				Valores				
Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	3	Unidade	LIVRO ATA	R\$ 6,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00
2	1	Blister c/10 munições	MUNIÇÃO COMPATÍVEL DE CALIBRE 38	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00
Total					R\$ 78,00	R\$ 78,00	R\$ 78,00	R\$ 78,00
Dividido por 02 já que há dois empregados por posto					R\$ 39,00	R\$ 39,00	R\$ 39,00	R\$ 39,00
Total dividido por 12 meses do ano					R\$ 3,25	R\$ 3,25	R\$ 3,25	R\$ 3,25



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

Quantitativo por posto								
Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	1	par	RÁDIO TRANSECTOR	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
2	1	und	REVÓLVER CALIBRE 38	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
3	1	und	COLETE (balístico) PROVA TIRO	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00
4	1	und	CASSETETE E PORTA CASSETETE	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00
5	1	und	APITO COM CORDAO	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
6	1	und	LATERNAS COM 3 PILHAS	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00
7	0,10	und	COFRE	R\$ 150,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00
8	1,00	Kit	Para os motociclistas responsáveis pelas rondas diárias todos os equipamentos de proteção exigidos pela Legislação de Trânsito (EPI's), inclusive, capacetes, capas de proteção para chuva, botas especiais, luvas, joelheiras e cotoveleiras, etc;	R\$ 300,00	R\$ 300,00		R\$ 300,00	
Total					R\$ 1.169,00	R\$ 869,00	R\$ 1.169,00	R\$ 869,00
Dividido por 02 já que há dois empregados por posto					R\$ 584,50	R\$ 434,50	R\$ 584,50	R\$ 434,50
Multiplica-se por 10%, equivalente ao percentual da depreciação do equip. ao ano					R\$ 58,45	R\$ 43,45	R\$ 58,45	R\$ 43,45
Total dividido por 12 meses do ano					R\$ 4,87	R\$ 3,62	R\$ 4,87	R\$ 3,62

Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Custo Total	Vida Útil (anos)	Custo Anual	Custo Mensal
6	12	und	Motocicleta (licenciamento+e demais)	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00	4,00	R\$ 30.000,00	R\$ 2.500,00
7	4680	litro	Combustível gasolina (30 litros/mês)	R\$ 4,10	R\$ 19.188,00	1,00	R\$ 19.188,00	R\$ 1.599,00
Total							R\$ 49.188,00	R\$ 4.099,00
Custo de Depreciação Estimado por Posto Armado/Motorizado							R\$ 4.099,00	R\$ 341,58

* Os valores dos equipamentos poderão ser reajustados no interregno de uma ano dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA IBGE. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

* O valor depreciado do bem está estimado em 50% (10% ao ano) tendo em vista o valor residual do bem, que continua, após o término do contrato (que dura no máximo 50 anos), pertencendo à empresa.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV - ITEM 13

		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - Diurno		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - DIURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração		(NOTA 1 e 2) Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	
F	Outros		
TOTAL			1.375,49
MÓDULO 1: TOTAL			1.375,49
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		(NOTA 1 e 2) Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	114,57
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	152,83
TOTAL		19,441%	267,40
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			267,40
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2.1	267,40
		TOTAL	1.642,89

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	328,57
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	41,07
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	40,90
D	SESI / SESC	1,50%	24,64
E	SENAI / SENAC	1,00%	16,42
F	SEBRAE	0,60%	9,85
G	INCRA	0,20%	3,28
H	FGTS	8,00%	131,4312
TOTAL		36,290%	596,16
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		142,63
F	Dia do vigilante		3,82
TOTAL			353,70
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		267,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		596,16
2.3	Benefícios Mensais e Diários		353,70
TOTAL			1.217,26
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	11,45
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	0,91
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	5,50
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	24,07
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	8,73
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	49,51
TOTAL			100,17
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2	1.217,26
		MÓDULO 3	100,17
		TOTAL	2.692,92
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	24,93
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	14,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,23
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL		1,575%	42,39
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais		42,39
4.2	Intrajornada		0,00
	TOTAL		42,39
	MÓDULO 4: TOTAL		42,39
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares	18,67
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares	3,25
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares	3,62
D	Outros		0,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		25,54
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2	1.217,26
		MÓDULO 3	100,17
		MÓDULO 4	42,39
		MÓDULO 5	25,54
		TOTAL	2.760,85
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,640%	17,66
B	Lucro (MT + M6.A)	0,630%	17,50
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	2.796,01
C	Tributos	8,650 0,9135	3.060,76
	C1. Tributos Federais		
	C1-A (PIS)	0,650%	19,89
	C1. B (COFINS)	3,000%	91,82
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3 Tributos Municipais		
	C3-A (ISS)	5,000%	153,03
	SOMA DOS TRIBUTOS	8,650%	264,74
	TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		299,90
	MÓDULO 6: TOTAL		299,90
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.375,49
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.217,26
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		100,17
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		42,39
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		25,54
	Subtotal (A + B + C + D + E)		2.760,85
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		299,90
	VALOR TOTAL POR EMPREGADO		3.060,75
	VALOR TOTAL POR POSTO		6.121,50

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV - ITEM 14

		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - NOTURNO		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - NOTURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração		(NOTA 1 e 2) Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	152,13
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	95,08
F	Outros		
TOTAL			1.622,70
MÓDULO 1: TOTAL			1.622,70
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		(NOTA 1 e 2) Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,33% 135,17
B	Férias e Adicional de Férias		11,111% 180,29
TOTAL		19,441%	315,46
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			315,46
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2.1	315,46
		TOTAL	1.938,16

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	387,63
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	48,45
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	48,26
D	SESI / SESC	1,50%	29,07
E	SENAI / SENAC	1,00%	19,38
F	SEBRAE	0,60%	11,62
G	INCRA	0,20%	3,87
H	FGTS	8,00%	155,0528
TOTAL		36,290%	703,33
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		168,26
F	Dia do vigilante		4,51
TOTAL			380,02
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	315,46	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	703,33	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	380,02	
TOTAL		1.398,81	
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	13,51
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	1,08
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	6,49
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	28,39
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	10,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	58,41
TOTAL		118,18	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2	1.398,81
		MÓDULO 3	118,18
		TOTAL	3.139,69
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	29,07
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	17,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			49,42
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais		49,42	
4.2	Intrajornada		0,00	
TOTAL			49,42	
MÓDULO 4: TOTAL			49,42	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)	
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares	18,67	
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares	3,25	
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares	3,62	
D	Outros		0,00	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			25,54	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.622,70	
		MÓDULO 2	1.398,81	
		MÓDULO 3	118,18	
		MÓDULO 4	49,42	
		MÓDULO 5	25,54	
		TOTAL	3.214,65	
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	4,655%	149,64	
B	Lucro (MT + M6.A)	4,650%	156,43	
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	3.520,72	
C	Tributos	8,650	0,9135	3.854,09
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)	0,650%		25,05
	C1. B (COFINS)	3,000%		115,62
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)	5,000%		192,70
	SOMA DOS TRIBUTOS	8,650%		333,37
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			639,44	
MÓDULO 6: TOTAL			639,44	
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)	
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.622,70	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.398,81	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		118,18	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		49,42	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		25,54	
Subtotal (A + B + C + D + E)			3.214,65	
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		639,44	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			3.854,09	
VALOR TOTAL POR POSTO			7.708,18	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV - ITEM 15

		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - DIURNO-Motorizado		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA -DIURNO - ESCALA 12X36 Motorizado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração		(NOTA 1 e 2) Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	
F	Outros		
TOTAL			1.375,49
MÓDULO 1: TOTAL			1.375,49
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		(NOTA 1 e 2) Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,33% 114,57
B	Férias e Adicional de Férias		11,111% 152,83
TOTAL		19,441%	267,40
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			267,40
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2.1	267,40
		TOTAL	1.642,89

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	328,57
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	41,07
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	40,90
D	SESI / SESC	1,50%	24,64
E	SENAI / SENAC	1,00%	16,42
F	SEBRAE	0,60%	9,85
G	INCRA	0,20%	3,28
H	FGTS	8,00%	131,4312
TOTAL		36,290%	596,16
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		142,63
F	Dia do vigilante		3,82
TOTAL			353,70
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	267,40	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	596,16	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	353,70	
TOTAL		1.217,26	
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	11,45
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	0,91
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	5,50
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	24,07
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	8,73
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	49,51
TOTAL		100,17	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.375,49
		MÓDULO 2	1.217,26
		MÓDULO 3	100,17
		TOTAL	2.692,92
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	24,93
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	14,97
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,23
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			42,39
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDER FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais		42,39	
4.2	Intrajornada		0,00	
TOTAL			42,39	
MÓDULO 4: TOTAL			42,39	
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)	
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares	18,67	
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares	3,25	
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares	4,87	
D	Outros (Moto e Combustível)	Ver planilhas auxiliares	341,58	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			368,37	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.375,49	
		MÓDULO 2	1.217,26	
		MÓDULO 3	100,17	
		MÓDULO 4	42,39	
		MÓDULO 5	368,37	
		TOTAL	3.103,68	
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	2,140%	66,41	
B	Lucro (MT + M6.A)	2,140%	67,83	
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	3.237,92	
C	Tributos	8,650	0,9135	3.544,52
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)			23,03
	C1. B (COFINS)			106,33
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)			177,22
	SOMA DOS TRIBUTOS			306,58
	TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			440,82
MÓDULO 6: TOTAL			440,82	
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)	
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.375,49	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.217,26	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		100,17	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		42,39	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		368,37	
Subtotal (A + B + C + D + E)			3.103,68	
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		440,82	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			3.544,50	
VALOR TOTAL POR POSTO			7.089,00	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CAMPUS IV - ITEM 16

		n1	
Nº Processo		23074.027886/2019-99	
Licitação Nº		017/2019	
DIA:06/11/2019 às 09:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 6 de novembro de 2019	
B	Município/UF	Rio Tinto/Mamanguape-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000074/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - NOTURNO - Motorizado		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - NOTURNO - ESCALA 12X36 Motorizado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,07
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,07
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,42
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	152,13
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	95,08
F	Outros		
TOTAL			1.622,70
MÓDULO 1: TOTAL			1.622,70
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	135,17
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	180,29
TOTAL		19,441%	315,46
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			315,46
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2.1	315,46
		TOTAL	1.938,16

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	387,63
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	48,45
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	48,26
D	SESI / SESC	1,50%	29,07
E	SENAI / SENAC	1,00%	19,38
F	SEBRAE	0,60%	11,62
G	INCRA	0,20%	3,87
H	FGTS	8,00%	155,0528
TOTAL		36,290%	703,33
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte	Sem transporte regulamentado	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		6,50
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		168,26
F	Dia do vigilante		4,51
TOTAL			380,02
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)	
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	315,46	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	703,33	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	380,02	
TOTAL		1.398,81	
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	13,51
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	1,08
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	6,49
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	28,39
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	10,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	58,41
TOTAL		118,18	
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2	1.398,81
		MÓDULO 3	118,18
		TOTAL	3.139,69
MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	29,07
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	17,45
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,60
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,15
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			49,42
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais		49,42
4.2	Intrajornada		0,00
TOTAL			49,42
MÓDULO 4: TOTAL			49,42
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	Ver planilhas auxiliares	18,67
B	Materiais	Ver planilhas auxiliares	3,25
C	Equipamentos	Ver planilhas auxiliares	4,87
D	Outros (Moto e Combustível)	Ver planilhas auxiliares	341,58
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			368,37
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.622,70
		MÓDULO 2	1.398,81
		MÓDULO 3	118,18
		MÓDULO 4	49,42
		MÓDULO 5	368,37
		TOTAL	3.557,48
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	1,950%	69,37
B	Lucro (MT + M6.A)	1,940%	70,36
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	3.697,21
C	Tributos	8,650	0,9135
	C1. Tributos Federais		
	C1-A (PIS)	0,650%	26,30
	C1. B (COFINS)	3,000%	121,41
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3 Tributos Municipais		
	C3-A (ISS)	5,000%	202,36
	SOMA DOS TRIBUTOS	8,650%	350,07
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			489,80
MÓDULO 6: TOTAL			489,80
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.622,70
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.398,81
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		118,18
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		49,42
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		368,37
Subtotal (A + B + C + D + E)			3.557,48
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		489,80
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			4.047,28
VALOR TOTAL POR POSTO			8.094,56

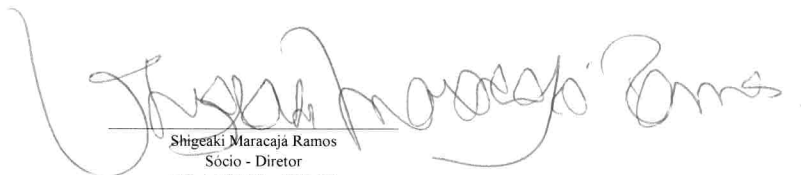


FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB
Tele Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalerta.com.br

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 05/2017)
Complemento dos serviços vigilância

QUADRO RESUMO - VALOR DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV									
Item	Campus	Cidade	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Empregados por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)	Valor Global do serviço
13	IV	Rio Tinto/ Managuapé	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.069,75	02	R\$ 6.121,50	02	R\$ 12.243,00	R\$ 146.916,00
14	IV	Rio Tinto/ Managuapé	Posto de vigilância armada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.854,09	02	R\$ 7.708,18	02	R\$ 15.416,36	R\$ 184.996,32
15	IV	Rio Tinto/ Managuapé	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, diurna, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 3.544,50	02	R\$ 7.089,00	01	R\$ 7.089,00	R\$ 85.068,00
16	IV	Rio Tinto/ Managuapé	Posto de vigilância armada e motorizada, 12 (doze) horas, noturno, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados e motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 4.047,28	02	R\$ 8.094,56	01	R\$ 8.094,56	R\$ 97.134,72
Valor Mensal dos Serviços								R\$ 42.842,92	
Valor Anual dos Serviços								R\$ 514.115,04	
QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV									
Valor Mensal dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos								R\$ 42.842,92	
QUADRO RESUMO - VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS - CAMPUS IV									
Valor Anual dos Serviços (CAMPUS IV) - por extenso: quinhentos e quatorze mil, cento e quinze reais e quatro centavos								R\$ 514.115,04	


Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 - SSP-PB
CPF - 024.095.094-10



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVENIOS
Rua Aprígio Veloso, 882, Bloco AA - 1º Andar - Bairro Universitário, Campina
Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101.1557 - E-mail: dcc@ufcg.edu.br - Site:
http://pra.ufcg.edu.br

CONTRATO Nº 016/2019

Processo nº 23096.200956/2018-21

**TERMO
DE
CONTRATO
DE
PRESTAÇÃO
DE
SERVIÇOS
Nº
016/2019,
QUE
FAZEM
ENTRE
SI A
UNIÃO,
POR
INTERMÉDIO
DO(A)
UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE
CAMPINA
GRANDE
E A
EMPRESA
FORÇA
ALERTA
SEGURANÇA
E
VIGILÂNCIA
PATRIMONIAL
LTDA.**

A Universidade Federal de Campina Grande, com sede na Rua Aprígio Veloso, nº 882, bairro Universitário, Campina Grande-PB, CEP 58.429-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.055.128/0001-76, neste ato representado(a) pelo(a) Reitor, Prof. Vicemário Simões, nomeado(a) pelo Decreto presidencial, de 08 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2017, inscrito(a) no CPF nº 185.976.024-49, portador(a) da Carteira de Identidade nº 467.055/SSP-PB, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 10.446.347/0001-16, sediado(a) na Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco, Campina Grande - PB, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) Shigeaki Maracajá Ramos, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1.170.00, expedida pela(o) SSP/PB, e CPF nº 024.095.094-10, tendo em vista o que consta no Processo nº 23096.200956/2018-21 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 0007/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de vigilância armada diurna e noturna, na escala de 12x36 horas, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados no campus de Campina Grande, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	SERVIÇO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE/POSTOS	HORÁRIO/PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALORES
	VIGILÂNCIA DIURNA ARMADA -		02			R\$ 1.573.566,40

1	MOTORIZADA	CAMPINA GRANDE	02	DIURNO	12HX36H	R\$ 137.330,40
	VIGILÂNCIA DIURNA ARMADA		15			R\$ 1.134.493,20
	VIGILÂNCIA NOTURNA ARMADA - MOTORIZADA		01	NOTURNO		R\$ 90.840,24
	VIGILÂNCIA NOTURNA ARMADA		33			R\$ 2.897.207,28
	TOTAL					R\$ 4.279.897,20

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 03/10/2019 e encerramento em 03/10/2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 356.658,10 (trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), perfazendo o valor total de R\$ 4.279.897,20 (quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15281/158195

Fonte: 8100000000

Programa de Trabalho: 12364208020RK0025

Elemento de Despesa: 339039

PI: M20RKG01IDN

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela

CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP nº 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei nº 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art.

65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

16.1. É eleito o Foro da cidade de Campina Grande-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado eletronicamente pelos contraentes e por duas testemunhas.

Campina Grande, 03 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **VICEMARIO SIMOES, REITOR**, em 03/10/2019, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE DE SOUSA NASCIMENTO, Testemunha**, em 03/10/2019, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLA DE QUEIROZ LIMA, Testemunha**, em 03/10/2019, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SHIGEAKI MARACAJA RAMOS, Usuário Externo**, em 04/10/2019, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **0541696** e o código CRC **CDBE939F**.



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23096.200956/2018-21

PROPOSTA DE PREÇOS – ITEM 1

Ilmo. Sr.:

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, inscrição municipal: 0473829, inscrição estadual: isenta, localizada a Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB, telefone: (83) 3341-1700, e-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br, diretoria@grupoalertasv.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no escopo abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019-UFCG – ITEM 1 (Campina Grande)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, na escala de 12 x 36 horas, necessários aos câmpus de Campina Grande, Cuité, Pombal, Sumé, Cajazeiras e Patos da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Apresentamos nossa proposta para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma de Pregão Eletrônico, referente ao objeto do Pregão nº 007/2019, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo:

QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS									
Item	Campus	Cidade	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Empregado s por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)	Valor Global do serviço
1	CG	Campina Grande	Vigilância Diurna armada - motorizada	R\$ 3.278,26	02	R\$ 6.556,52	02	R\$ 13.113,04	R\$ 157.356,48
	CG	Campina Grande	Vigilância Diurna armada	R\$ 3.151,37	02	R\$ 6.302,74	15	R\$ 94.541,10	R\$ 1.134.493,20
	CG	Campina Grande	Vigilância Noturna armada - motorizada	R\$ 3.785,01	02	R\$ 7.570,02	01	R\$ 7.570,02	R\$ 90.840,24
	CG	Campina Grande	Vigilância Noturna armada	R\$ 3.658,09	02	R\$ 7.316,18	33	R\$ 241.433,94	R\$ 2.897.207,28
Valor Mensal dos Serviços								R\$ 356.658,10	
Valor Anual dos Serviços								R\$ 4.279.897,20	

VALOR MENSAL DA PROPOSTA – ITEM 1: R\$ 356.658,10 (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscientos e cinquenta e oito reais e dez centavos).

VALOR GLOBAL/ANUAL DA PROPOSTA (para o período de 12 meses) – ITEM 1:



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23096.200956/2018-21

R\$ 4.279.897,20 (*quatro milhões, duzentos e setenta nove mil, oitocentos noventa e sete reais e vinte centavos*).

VALIDADE DA PROPOSTA: O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

SALÁRIO NORMATIVO/BASE A SER PAGO AO(S) PROFISSIONAL(IS) ALOCADO(S): R\$ 1.058,07 (hum mil, e cinquenta e oito reais e sete centavos); **periculosidade de 30%** (trinta por cento) sobre o salário normativo.

Indicação do Sindicato ao qual a licitante está vinculada, anexando, preferencialmente, a convenção coletiva da categoria: *SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DA PRAIBA - CNPJ n. 24.508.145/0001-66 e SINDVIGILANTES-CG - SIND. DOS VIG. E EMP. EMP. DE SEG, VIG., TRANSP. VAL., SEG. ORG., ESC. ARM., V. ELET., SEG. PRIV. E C. FORM. VIG. MUN. CG EST. PB - CNPJ n. 09.078.631/0001-06*, com a **PB0000070/2019**, com abrangência territorial no Estado da Paraíba, cidade de Campina Grande, e data-base para 1º de março, 01º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020. Funcionários/ vigilantes: CBO nº 5173-30.

Quantidade de pessoal alocado para execução contratual será de 102 (cento e dois) vigilantes armados em 51 (cinquenta e um) postos, na escala 12x36h (diurnos e noturnos) para o item 1.

DECLARAÇÃO:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, inclusive quanto à incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, tributária, fiscal e previdenciária, e, ainda, custos referentes à implantação se for o caso e/ou gastos da empresa com suporte técnico e administrativo.

Declaramos que o prazo de pagamento será conforme previsto em edital.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23096.200956/2018-21

DADOS DA EMPRESA E DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) PARA ASSINATURA DO CONTRATO, CASO SEJA O VENCEDOR:

Dados da Empresa:

- 1) RAZÃO SOCIAL: FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA
- 2) CNPJ: 10.446.347/0001-16
- 3) END: RUA ESTELITA CRUZ, 221, ALTO BRANCO – CAMPINA GRANDE – PB, CEP: 58.401-470, FONE: (83) 3341-1700
- 4) EMAIL: comercial3@grupoalertasv.com.br diretoria@grupoalertasv.com.br
- 5) BANCO: BANCO DO BRASIL
- 6) AGENCIA: nº 5892-0
- 7) CONTA CORRENTE: nº 7766-6

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

- 1) Nome: SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS
- 2) Profissão: EMPRESÁRIO
- 3) Endereço Profissional: RUA ESTELITA CRUZ, 221, ALTO BRANCO – CAMPINA GRANDE – PB, CEP: 58.401-470 - FONE: (83) 3341-1700
- 4) CPF/MF: 024.095.094 - 10
- 5) RG/Órgão Expedidor: 1.170.000 SSP/PB
- 6) Cargo/Função: SOCIO - DIRETOR
- 7) Naturalidade: GURJÃO/PB
- 8) Nacionalidade: BRASILEIRO
- 9) Estado Civil: CASADO

Campina Grande-PB, 26 de agosto de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

	n1	
Nº Processo	23096.200956/2018-21	
Licitação Nº	007/2019	
DIA:14/08/2019 às 14:00		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 14 de agosto de 2019
B	Município/UF	Campina Grande-PB
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000070/2019
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - DIURNO-Motorizado	POSTO	2 VIGILANTES

MÃO DE OBRA

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra		Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - DIURNO - ESCALA 12X36 Motorizado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.058,57
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/mar/19

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,57
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,57
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	
F	Outros		
TOTAL			1.376,14
MÓDULO 1: TOTAL			1.376,14

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
-----	---	--------------	-------------

A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	114,63
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	152,90
TOTAL		19,441%	267,53
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			267,53
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.376,14
		MÓDULO 2.1	267,53
		TOTAL	1.643,67
SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	328,73
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	41,09
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	40,92
D	SESI / SESC	1,50%	24,65
E	SENAI / SENAC	1,00%	16,43
F	SEBRAE	0,60%	9,86
G	INCRA	0,20%	3,28
H	FGTS	8,00%	131,4936
TOTAL		36,290%	596,45
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte		80,78
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		9,00
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		142,70
F	Dia do vigilante		3,82
TOTAL			437,05
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		267,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		596,45
2.3	Benefícios Mensais e Diários		437,05
TOTAL			1.301,03
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	11,46
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	0,91
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	5,50
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	24,08
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	8,73
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	49,54

		TOTAL	100,22
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.376,14
		MÓDULO 2	1.301,03
		MÓDULO 3	100,22
		TOTAL	2.777,39

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		(NOTA 1 e 2)	
--	--	---------------------	--

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS

4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	25,71
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	15,44
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,30
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			43,71

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA

4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDER FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	43,71
4.2	Intrajornada	0,00
TOTAL		43,71
MÓDULO 4: TOTAL		43,71

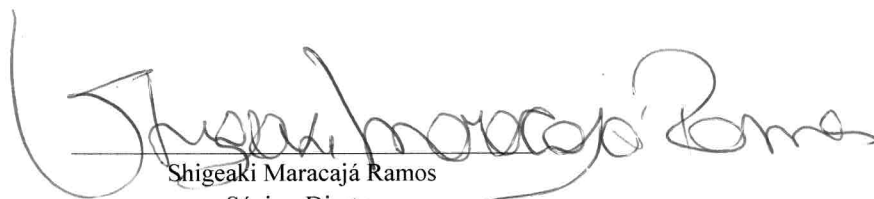
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	=ARRED(núm;núm_dígitos)	16,07
B	Materiais		89,61
C	Equipamentos	=TRUNCAR(núm;núm_dígitos)	32,91
D	Outros		0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			138,59

BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.376,14
		MÓDULO 2	1.301,03
		MÓDULO 3	100,22
		MÓDULO 4	43,71
		MÓDULO 5	138,59
		TOTAL	2.959,69

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)

A	Custos Indiretos		0,590%	17,46
B	Lucro (MT + M6.A)		0,590%	17,56
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO		2.994,71
C	Tributos	8,650	0,9135	3.278,28
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)		0,650%	21,30
	C1. B (COFINS)		3,000%	98,34
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)		5,000%	163,91
	SOMA DOS TRIBUTOS		8,650%	283,55
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				318,57
MÓDULO 6: TOTAL				318,57
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração			1.376,14
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.301,03
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			100,22
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			43,71
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			138,59
	Subtotal (A + B + C + D + E)			2.959,69
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro			318,57
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				3.278,26


 Shigeaki Maracajá Ramos
 Sócio - Diretor
 RG. 1.170.000 – SSP-PB
 CPF – 024.095.094-10

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

		n1	
Nº Processo		23096.200956/2018-21	
Licitação Nº		007/2019	
DIA:14/08/2019 às 14:00			
Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 14 de agosto de 2019	
B	Município/UF	Campina Grande-PB	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000070/2019	
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES	
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - Diurno		POSTO	2 VIGILANTES
MÃO DE OBRA			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - DIURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		1.058,57
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/mar/19
MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,57
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,57
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	
F	Outros		
TOTAL			1.376,14
MÓDULO 1: TOTAL			1.376,14
MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)

A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	114,63
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	152,90
TOTAL		19,441%	267,53
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			267,53
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.376,14
		MÓDULO 2.1	267,53
		TOTAL	1.643,67
SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	328,73
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	41,09
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	40,92
D	SESI / SESC	1,50%	24,65
E	SENAI / SENAC	1,00%	16,43
F	SEBRAE	0,60%	9,86
G	INCRA	0,20%	3,28
H	FGTS	8,00%	131,4936
TOTAL		36,290%	596,45
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte		80,78
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		9,00
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		142,70
F	Dia do vigilante		3,82
TOTAL			437,05
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		267,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		596,45
2.3	Benefícios Mensais e Diários		437,05
TOTAL			1.301,03
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	11,46
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	0,91
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	5,50
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	24,08
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	8,73
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	49,54

		TOTAL	100,22
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.376,14
		MÓDULO 2	1.301,03
		MÓDULO 3	100,22
		TOTAL	2.777,39

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		(NOTA 1 e 2)	
--	--	---------------------	--

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	25,71
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	15,44
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,30
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,13
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			43,71

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais	43,71	
4.2	Intrajornada	0,00	
TOTAL		43,71	
MÓDULO 4: TOTAL		43,71	

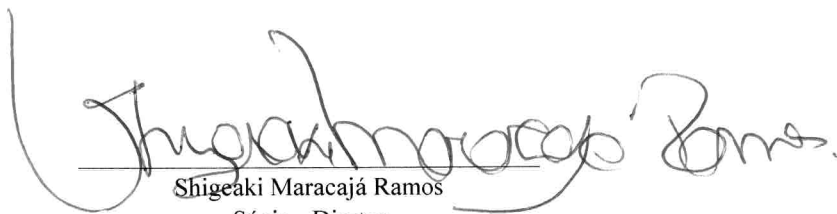
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	=ARRED(núm;núm_dígitos)	16,07
B	Materiais		4,21
C	Equipamentos	=TRUNCAR(núm;núm_dígitos)	3,75
D	Outros		0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		24,03	

BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.376,14
		MÓDULO 2	1.301,03
		MÓDULO 3	100,22
		MÓDULO 4	43,71
		MÓDULO 5	24,03
		TOTAL	2.845,13

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)



A	Custos Indiretos		0,590%	16,78
B	Lucro (MT + M6.A)		0,590%	16,88
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO		2.878,79
C	Tributos	8,650	0,9135	3.151,38
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)		0,650%	20,48
	C1. B (COFINS)		3,000%	94,54
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)		5,000%	157,56
	SOMA DOS TRIBUTOS		8,650%	272,58
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				306,24
MÓDULO 6: TOTAL				306,24
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração			1.376,14
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.301,03
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			100,22
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			43,71
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			24,03
	Subtotal (A + B + C + D + E)			2.845,13
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro			306,24
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				3.151,37


 Shigeaki Maracajá Ramos
 Sócio - Diretor
 RG. 1.170.000 – SSP-PB
 CPF – 024.095.094-10

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

	n1	
Nº Processo	23096.200956/2018-21	
Licitação Nº	007/2019	
DIA:14/08/2019 às 14:00		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 14 de agosto de 2019
B	Município/UF	Campina Grande-PB
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000070/2019
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - NOTURNO - Motorizado	POSTO	2 VIGILANTES

MÃO DE OBRA

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra		Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - NOTURNO - ESCALA 12X36 Motorizado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.058,57
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/mar/19

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,57
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,57
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	152,20
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	95,13
F	Outros		
TOTAL			1.623,47
MÓDULO 1: TOTAL			1.623,47

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
-----	---	--------------	-------------

A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	135,23
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	180,38
TOTAL		19,441%	315,61
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			315,61
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.623,47
		MÓDULO 2.1	315,61
		TOTAL	1.939,08
SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	387,81
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	48,47
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	48,28
D	SESI / SESC	1,50%	29,08
E	SENAI / SENAC	1,00%	19,39
F	SEBRAE	0,60%	11,63
G	INCRA	0,20%	3,87
H	FGTS	8,00%	155,1264
TOTAL		36,290%	703,66
SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte		80,78
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		9,00
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		168,34
F	Dia do vigilante		4,51
TOTAL			463,38
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		315,61
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		703,66
2.3	Benefícios Mensais e Diários		463,38
TOTAL			1.482,65
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	13,52
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	1,08
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	6,49
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	28,41
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	10,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	58,44

		TOTAL	118,24
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.623,47
		MÓDULO 2	1.482,65
		MÓDULO 3	118,24
		TOTAL	3.224,36

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			(NOTA 1 e 2)
SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS			
4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	29,85
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	17,92
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,16
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,67
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,16
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			50,76
SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA			
4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

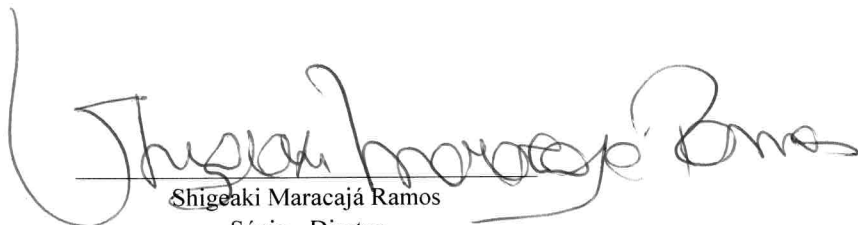
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais		50,76
4.2	Intrajornada		0,00
TOTAL			50,76
MÓDULO 4: TOTAL			50,76
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	=ARRED(núm;núm_dígitos)	17,73
B	Materiais		91,07
C	Equipamentos	=TRUNCAR(núm;núm_dígitos)	32,91
D	Outros		0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			141,71

BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.623,47
		MÓDULO 2	1.482,65
		MÓDULO 3	118,24
		MÓDULO 4	50,76
		MÓDULO 5	141,71
		TOTAL	3.416,83

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)



A	Custos Indiretos	0,600%	20,50
B	Lucro (MT + M6.A)	0,590%	20,28
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO	3.457,61
C	Tributos	8,650	0,9135
	C1. Tributos Federais		
	C1-A (PIS)	0,650%	24,60
	C1. B (COFINS)	3,000%	113,55
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3 Tributos Municipais		
	C3-A (ISS)	5,000%	189,25
	SOMA DOS TRIBUTOS	8,650%	327,40
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			368,18
MÓDULO 6: TOTAL			368,18
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração		1.623,47
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.482,65
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		118,24
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		50,76
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		141,71
	Subtotal (A + B + C + D + E)		3.416,83
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro		368,18
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			3.785,01



Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 – SSP-PB
CPF – 024.095.094-10

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

	n1	
Nº Processo	23096.200956/2018-21	
Licitação Nº	007/2019	
DIA:14/08/2019 às 14:00		

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	quarta-feira, 14 de agosto de 2019
B	Município/UF	Campina Grande-PB
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	PB000070/2019
D	Número de meses de execução contratual	12 MESES

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade Total a Contratar (em função da Unidade de Medida)
SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA - 12X36 - NOTURNO	POSTO	2 VIGILANTES

MÃO DE OBRA

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referente à mão de obra		Valor (R\$)
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA - NOTURNO - ESCALA 12X36
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO - 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.058,57
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/mar/19

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Salário-Base		1.058,57
B	Adicional de Periculosidade	30% sobre o salário-base	317,57
C	Adicional de Insalubridade	10%,20%,40% s/ Salário Mínimo OU conforme a CCT	
D	Adicional Noturno	20% sobre a hora diurna (considerar SOMENTE o intervalo das 22h às 05h, sem extensão do adicional após as 05h - CLT art. 59-A §1º)	152,20
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	+ 1 hora por dia trabalhado	95,13
F	Outros		
TOTAL			1.623,47
MÓDULO 1: TOTAL			1.623,47

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS

SUBMÓDULO 2.1 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
-----	---	--------------	-------------

A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	135,23
B	Férias e Adicional de Férias	11,111%	180,38
TOTAL		19,441%	315,61
SUBMÓDULO 2.1: TOTAL			315,61

BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 2.2		MÓDULO 1	1.623,47
		MÓDULO 2.1	315,61
		TOTAL	1.939,08

SUBMÓDULO 2.2 – ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	(NOTA 1, 2, e 3)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	387,81
B	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	48,47
C	SAT (X FAP (0,5 a 2,0) (VARIAÇÃO: 0,5% a 6%)	2,49%	48,28
D	SESI / SESC	1,50%	29,08
E	SENAI / SENAC	1,00%	19,39
F	SEBRAE	0,60%	11,63
G	INCRA	0,20%	3,87
H	FGTS	8,00%	155,1264
TOTAL		36,290%	703,66

SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

2.3	Benefícios Mensais e Diários	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
A	Transporte		80,78
B	Auxílio Refeição/Alimentação		200,75
C	Assistência Médica e Familiar		
D	Seguro de Vida + Auxílio Funeral CCT		9,00
E	INTERVALO INTRAJORNADA (NÃO USUFRUÍDO PELO EMPREGADO)		168,34
F	Dia do vigilante		4,51
TOTAL			463,38

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	315,61
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	703,66
2.3	Benefícios Mensais e Diários	463,38
TOTAL		1.482,65

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,833%	13,52
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	8,000%	1,08
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado (sobre a Remuneração)	0,400%	6,49
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,750%	28,41
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado (IN 07/18)	36,290%	10,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (sobre a Remuneração)	3,600%	58,44

		TOTAL	118,24
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 4 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3		MÓDULO 1	1.623,47
		MÓDULO 2	1.482,65
		MÓDULO 3	118,24
		TOTAL	3.224,36

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		(NOTA 1 e 2)
---	--	--------------

SUBMÓDULO 4.1 - AUSÊNCIAS LEGAIS

4.1	Substituto nas Ausências Legais (IN 07/18)	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,926%	29,85
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,556%	17,92
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade (IN 07/18)	0,005%	0,16
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,083%	2,67
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,005%	0,16
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar) (IN 07/18)	0,00%	0,00
TOTAL			50,76

SUBMÓDULO 4.2 - INTRAJORNADA

4.2	Intrajornada	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação (Nota: APLICÁVEL PARA quando o TITULAR do posto USUFRUIR do descanso intrajornada e o posto de trabalho NÃO PUDE FICAR DESCOBERTO)		
TOTAL			0,00

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	50,76
4.2	Intrajornada	0,00
TOTAL		50,76
MÓDULO 4: TOTAL		50,76

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	(NOTA 1)	Valor (R\$)
A	Uniformes	=ARRED(núm;núm_dígitos)	17,73
B	Materiais		5,67
C	Equipamentos	=TRUNCAR(núm;núm_dígitos)	3,75
D	Outros		0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			27,15

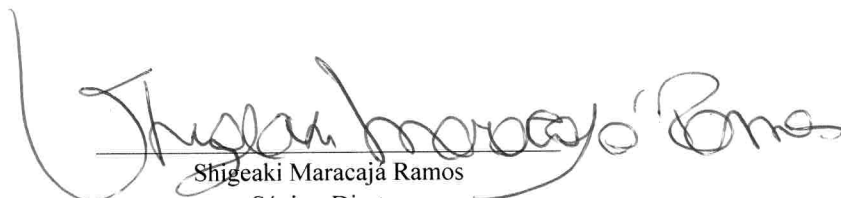
BASE DE CÁLCULO PARA O MÓDULO 6 = MÓDULO 1 + MÓDULO 2 + MÓDULO 3 + MÓDULO 4 + MÓDULO 5		MÓDULO 1	1.623,47
		MÓDULO 2	1.482,65
		MÓDULO 3	118,24
		MÓDULO 4	50,76
		MÓDULO 5	27,15
		TOTAL	3.302,27

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	(NOTA 1 e 2)	Valor (R\$)
---	------------------------------------	--------------	-------------



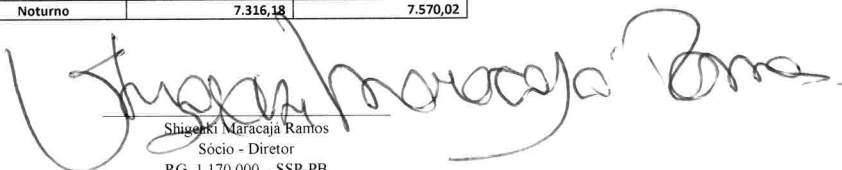
A	Custos Indiretos		0,600%	19,81
B	Lucro (MT + M6.A)		0,590%	19,60
	FATURAMENTO (MT + M6A + M6B)	CÁLCULO POR DENTRO		3.341,68
C	Tributos	8,650	0,9135	3.658,10
	C1. Tributos Federais			
	C1-A (PIS)		0,650%	23,77
	C1. B (COFINS)		3,000%	109,74
	C.2 Tributos Estaduais (especificar)			
	C.3 Tributos Municipais			
	C3-A (ISS)		5,000%	182,90
	SOMA DOS TRIBUTOS		8,650%	316,41
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				355,82
MÓDULO 6: TOTAL				355,82
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)				Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração			1.623,47
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			1.482,65
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão			118,24
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			50,76
E	Módulo 5 - Insumos Diversos			27,15
	Subtotal (A + B + C + D + E)			3.302,27
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro			355,82
VALOR TOTAL POR EMPREGADO				3.658,09


 Shigeaki Maracajá Ramos
 Sócio - Diretor
 RG. 1.170.000 – SSP-PB
 CPF – 024.095.094-10

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 05/2017)
Complemento dos serviços vigilância

QUADRO RESUMO – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS									
Item	Campus	Cidade	Tipo de serviço (A)	Valor proposto por empregado (B)	Empregados por posto (C)	Valor proposta por posto (D) = (B) x (C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D) x (E)	Valor Global do serviço
1	CG	Campina Grande	Vigilância Diurna armada - motorizada	R\$ 3.278,26	02	R\$ 6.556,52	02	R\$ 13.113,04	R\$ 157.356,48
	CG	Campina Grande	Vigilância Diurna armada	R\$ 3.151,37	02	R\$ 6.302,74	15	R\$ 94.541,10	R\$ 1.134.493,20
	CG	Campina Grande	Vigilância Noturna armada - motorizada	R\$ 3.785,01	02	R\$ 7.570,02	01	R\$ 7.570,02	R\$ 90.840,24
	CG	Campina Grande	Vigilância Noturna armada	R\$ 3.658,09	02	R\$ 7.316,18	33	R\$ 241.433,94	R\$ 2.897.207,28
Valor Mensal dos Serviços								R\$ 356.658,10	
Valor Anual dos Serviços								R\$ 4.279.897,20	

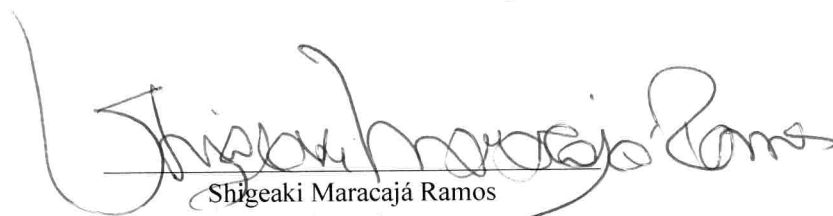
Posto	Com vale transporte	Com vale transporte (Motorizado)
Diurno	6.302,74	6.556,52
Noturno	7.316,18	7.570,02


Shigenki Maracaja Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 – SSP-PB
CPF – 024.095.094-10

Quantitativo por empregado								
Item	Quant	Unidade	Descrição do Material	Preço Unitário	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	2	Unidade	Calça	R\$ 17,45	R\$ 34,90	R\$ 34,90	R\$ 34,90	R\$ 34,90
2	2	Unidade	Camisa tipo Social	R\$ 17,45	R\$ 34,90	R\$ 34,90	R\$ 34,90	R\$ 34,90
3	1	Unidade	Cinto de guarnição completo	R\$ 38,00	R\$ 38,00	R\$ 38,00	R\$ 38,00	R\$ 38,00
4	1	Par	Par de coturno	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00	R\$ 45,00
5	2	Par	Meia casual	R\$ 5,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
6	1	Unidade	Bonê/Quepe	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00
7	1	Unidade	Jaqueta para o frio	R\$ 20,00			R\$ 20,00	R\$ 20,00
8	1	Unidade	Capa de colete Balístico	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00
9	1	Unidade	Apito	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Total					R\$ 192,80	R\$ 192,80	R\$ 212,80	R\$ 212,80
Divide-se por 12 meses do ano					R\$ 16,07	R\$ 16,07	R\$ 17,73	R\$ 17,73

OBS. Descrição completa de cada item consta no termo de referência

* Os valores dos uniformes poderão ser reajustados no interregno de uma ano dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA/IBGE. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

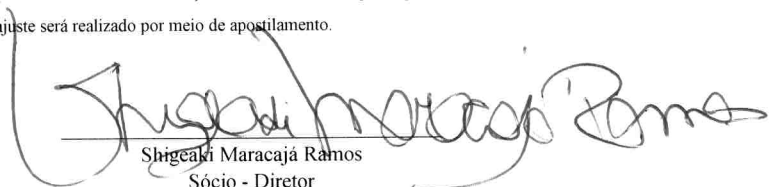

 Shigeaki Maracajá Ramos
 Sócio - Diretor
 RG. 1.170.000 – SSP-PB
 CPF – 024.095.094-10

Quantitativo por posto									
Campina Grande - Materiais (ano)				Valores					
Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Diurna Desarmada	Diurna armada - motorizada	Diurna armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	1	Unidade	CADEADO	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
2	1	Unidade	SINALIZADOR SEGURANÇA	R\$ 20,00				R\$ 20,00	R\$ 20,00
3	1	Unidade	SINALIZADOR TRÂNSITO	R\$ 15,00				R\$ 15,00	R\$ 15,00
4	1	Rolo	FITA PLÁSTICA, ZEBRADA	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00
5	1	Unidade	Corrente Encapada para cadeado	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00
6	1	Unidade	LIVRO ATA	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00	R\$ 6,00
7	1	Blister c/12 munições	MUNIÇÃO COMPATÍVEL DE CALIBRE 38	R\$ 60,00		R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00	R\$ 60,00
8	480	Litro	Gasolina comum	R\$ 4,27		R\$ 2.049,60		R\$ 2.049,60	
Total					R\$ 41,00	R\$ 2.150,60	R\$ 101,00	R\$ 2.185,60	R\$ 136,00
Dividido por 02 já que há dois empregados por posto					R\$ 20,50	R\$ 1.075,30	R\$ 50,50	R\$ 1.092,80	R\$ 68,00
Total dividido por 12 meses do ano					R\$ 1,71	R\$ 89,61	R\$ 4,21	R\$ 91,07	R\$ 5,67

Obs. Metodologia para cálculo da gasolina por posto:

Descrição	Km/(24 horas)	Litro	Valor
Quilômetro rodado por posto	40	1,33	5,68
Quilômetro rodado por mês	1200	40	170,80
Quilômetro rodado por ano	14400	480	2.049,60

* Os valores dos materiais poderão ser reajustados no interregno de um ano dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA/IBGE. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

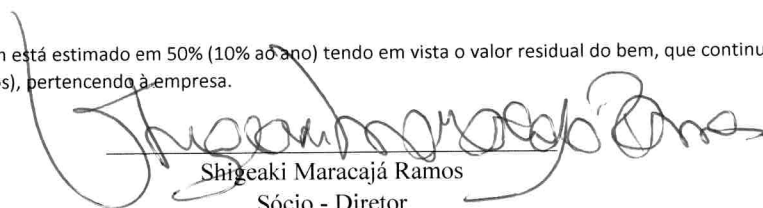

Shigeani Maracajá Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 – SSP-PB
CPF – 024.095.094-10

Quantitativo por posto									
Item	Quant	Unidade	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Preço Unitário	Diária Desarmada	Diária armada - motorizada	Diária armada	Noturna armada - motorizada	Noturna armada
1	1	par	RADIO TRANSECTOR	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
2	1	und	REVÓLVER CALIBRE 38	R\$ 300,00		R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
3	1	und	COLETE (balístico) PROVA TIRO	R\$ 374,00		R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00	R\$ 374,00
5	0,10	und	COFRE	R\$ 250,00		R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00	R\$ 25,00
6	1	und	Moto	R\$ 7.000,00		R\$ 7.000,00		R\$ 7.000,00	
Total					R\$ 200,00	R\$ 7.899,00	R\$ 899,00	R\$ 7.899,00	R\$ 899,00
Dividido por 02 já que há dois empregados por posto					R\$ 100,00	R\$ 3.949,50	R\$ 449,50	R\$ 3.949,50	R\$ 449,50
Multiplica-se por 10%, equivalente ao percentual da depreciação do equip. ao ano					R\$ 10,00	R\$ 394,95	R\$ 44,95	R\$ 394,95	R\$ 44,95
Total dividido por 12 meses do ano					R\$ 0,83	R\$ 32,91	R\$ 3,75	R\$ 32,91	R\$ 3,75

OBS. Estimamos um cofre a cada 10 postos.

* Os valores dos equipamentos poderão ser reajustados no interregno de uma ano dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA/IBGE. O reajuste será realizado por meio de apostilamento.

* O valor depreciado do bem está estimado em 50% (10% ao ano) tendo em vista o valor residual do bem, que continua, após o término do contrato (que dura no máximo 50 anos), pertencendo à empresa.


Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio - Diretor
RG. 1.170.000 – SSP-PB
CPF – 024.095.094-10



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

À
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-UFCG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23096.200956/2018-21

Justificativa quanto ao valor apresentado – ITEM 1

Ilmo. Sr.:

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, inscrição municipal: 0473829, inscrição estadual: isenta, localizada a Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB, telefone: (83) 3341-1700, e-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br, diretoria@grupoalertasv.com.br, por intermédio de seu representante legal o Sr. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, justifica que o valor ofertado no lance/ global final foi **R\$ 4.279.900,00 (quatro milhões, duzentos e setenta nove mil e novecentos reais)**, quando realizamos o ajuste de planilha, o valor ficou orçado em **R\$ 4.279.899,84 (quatro milhões, duzentos e setenta nove mil, oitocentos noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, que após solicitação de ajuste, no dia 26/08/2019, nosso valor passa a ser **R\$ 4.279.897,20 (quatro milhões, duzentos e setenta nove mil, oitocentos noventa e sete reais e vinte centavos)**, sendo este o nosso valor final para o lance global.

Campina Grande-PB, 26 de agosto de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024095.094-10



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

CONTRATO 019/2019

TERMO DE CONTRATO N.º 019/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARAMADA.

CONTRATANTE: O Estado da Paraíba, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, com sede na Praça João Pessoa, s/nº, Centro, nesta cidade de João Pessoa – PB, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.283.185/0001-63, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

CONTRATADA: A Empresa Força Alerta Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 10.446.347/0001-16, estabelecida na Rua Estelita Cruz, nº 221, Alto Branco, Campina Grande-PB e escritório localizado na Av. Presidente Epitácio Pessoa nº 1839, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, representada pelo Senhor SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, brasileiro, casado, empresário, portador (a) da Cédula de Identidade n.º 1.170.000 SSP/PB e CPF (MF) n.º 024.095.094-10, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Administrativo Eletrônico nº 2019.040.327, tendo em vista o decidido no Pregão Eletrônico 009/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de vigilância armada, que compreende o fornecimento de mão de obra, equipamento de proteção individual (EPIS) e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, destinados a suprir a necessidade de segurança de diversas Unidades do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, num total de 72 (setenta e dois) postos, sendo 33 (trinta e três) postos de 24 (vinte e quatro) horas, 10 (dez) postos de 12 (doze) horas e 29 (vinte e nove) postos de 8 (oito) horas, totalizando 181 (cento e oitenta e um) vigilantes, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor deste contrato é de R\$ 2.349.183,36 (Dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) correspondente a:

LOTE I

Local	Descrição	Qtd. de Postos	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Global (12 meses)
Prédio do TJ/Anexo	Posto 8 horas	5	R\$ 3.367,19	R\$ 16.835,95	R\$ 202.031,40

 <p>Estado da Paraíba Poder Judiciário Tribunal de Justiça</p>	<p>CONTRATO 019/2019</p>
---	---------------------------------

	Posto 24 horas	3	R\$ 14.068,98	R\$ 42.206,94	R\$ 506.483,28
Centro Profissionalizante	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
Colégio João XXIII	Posto 8 horas	1	R\$ 3.367,19	R\$ 3.367,19	R\$ 40.406,28
	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
Complexo Mangabeira	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
Fórum de Bayeux	Posto 24 horas	2	R\$ 14.068,98	R\$ 28.137,96	R\$ 337.655,52
Esmá	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
Corregedoria	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
Juizado Violência C. Mulher JP	Posto 8 horas	2	R\$ 3.367,19	R\$ 6.734,38	R\$ 80.812,56
	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
6º Juizado Especial	Posto 24 horas	1	R\$ 14.068,98	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76
TOTAL GERAL		20	-----	R\$ 195.765,28	R\$ 2.349.183,36

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão através da funcional programática: Unidade Orçamentária – 05901 Função – 02 Subfunção – 122; Programa – 5046; Projeto/Atividade – 4892/4893 – Manutenção de Serviços Administrativos; Natureza da Despesa – 33.90.37; Fonte de Recurso – 270.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. Será considerado como início da execução dos serviços a data em que a CONTRATADA estiver operando de acordo com os requisitos previstos no contrato, com pessoal qualificado e adequadamente treinado. Nesse dia, deverá ser realizada reunião entre os representantes da CONTRATADA e do CONTRATANTE, cuja ata formalizará a data de início da execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.





5.2. A critério do CONTRATANTE e com a anuência da CONTRATADA, este contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

6.3. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 6.2 imediatamente anterior.

6.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada no Banco do Brasil, em conta específica com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.

6.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).


6.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil, com correção monetária, em favor do Fundo Especial do Poder Judiciário.

6.7. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Termo de Referência e das cláusulas contratuais.

6.8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TJPB com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

6.9. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

 <p>Estado da Paraíba Poder Judiciário Tribunal de Justiça</p>	<p>CONTRATO 019/2019</p>
---	---------------------------------

b) após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

6.10. Isenção de Responsabilidade da Garantia:

6.10.1. O TJPB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

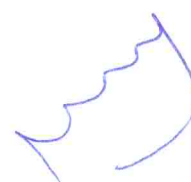
6.10.2. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas “c” e “d” do item 6.10.1, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

6.10.3. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

7.1. Cabe ao CONTRATANTE:

1. Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências do Tribunal para a execução dos serviços;
2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou prepostos;
3. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
4. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por meio de servidores designados;
5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
6. Cobrar o uso de crachás de identificação pelos profissionais da empresa CONTRATADA, de uso obrigatório, para acesso às dependências do CONTRATANTE;
7. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;
8. Comunicar formalmente a CONTRATADA, se, a critério do CONTRATANTE, for necessária a execução dos serviços em horários distintos dos estabelecidos no edital de licitação em epígrafe.





9. Firmar e manter Termo de Cooperação Técnica com entidade bancária oficial para fins de abertura de contas bancárias destinadas a abrigar os recursos retidos de encargos trabalhistas e previdenciários conforme Resolução nº 169/CNJ Conselho Nacional de Justiça, sendo assegurada uma remuneração mínima equivalente aos depósitos em caderneta de poupança para os depósitos efetivados.

10. Solicitar abertura de conta corrente vinculada de que trata a Resolução nº 169/CNJ mencionada no item anterior, para depósitos de retenções incidentes sobre os pagamentos a serem realizados para a contratada.

11. Proceder com as retenções sobre o montante mensal de pagamento devido a contratada para cumprimento da Resolução nº 169/CNJ.

12. Controlar os pedidos de resgate de valores relativos às verbas trabalhistas e previdenciárias retidas na conta vinculada.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

8.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações, além daquelas previstas no Termo de Referência:

1. Possuir, para prestação dos serviços, matriz/filial na grande João Pessoa ou Campina Grande.
2. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
3. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências, do CONTRATANTE;
4. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
5. Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;
6. Apresentar, sempre que solicitada pela Administração do CONTRATANTE, os comprovantes dos seguintes fatos: pagamento de salários e benefícios dos empregados; recolhimento dos encargos sociais; e regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/65);
7. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;



8. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;
9. Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após notificação, qualquer deles considerado inconveniente pelo representante do CONTRATANTE;
10. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aquele(s) empregado(s) que se negarem a usá-lo(s);
11. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com equipe do Tribunal. O Tribunal fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;
12. Formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual para a coordenação dos serviços e gestão administrativa do contrato;
13. Apresentar, em até 05 (cinco) dias úteis do início dos serviços ou das substituições, relação nominal dos profissionais que atuarão em cada posto de trabalho, fornecendo, obrigatoriamente, atestado de antecedentes civis e criminais de cada um deles;
14. Cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas à execução dos serviços pelos profissionais; e comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;
15. Remeter, tempestivamente, ao Tribunal, lista atualizada dos profissionais, sempre que houver substituição, indicando o CPF e local de atuação, bem como, fornecer, obrigatoriamente, atestado de antecedentes civis e criminais do novo profissional;
16. Assegurar, obrigatoriamente, a seus profissionais a concessão dos benefícios previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços;
17. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até o local de trabalho, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações nas quais se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;
18. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus profissionais;
19. Reportar aos fiscais, imediatamente, quaisquer anormalidades, erros ou irregularidades que possam comprometer a execução do Contrato e o bom andamento das atividades;
20. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos



materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente;

21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração, inclusive quanto à prevenção de incêndios e às de segurança e medicina do trabalho;

22. Repor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da respectiva intimação, após a devida comprovação, garantida previamente ampla defesa e contraditório, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;

23. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Contratante, inerentes ao objeto da contratação;

24. Emitir documento de cobrança contemplando única e exclusivamente os serviços efetivamente prestados.

25. Efetuar reposição da mão de obra, em caráter imediato, no caso de eventual ausência, bem como, em caso de férias regulamentares, acidente pessoal ou afastamento por motivo de saúde, e/ou quando solicitado pelo responsável pela fiscalização;

26. Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações emitidas pelo responsável pela fiscalização ou gestor contratual, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança;

27. Fiscalizar regularmente a prestação dos serviços, "in loco";

28. Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo pela imediata indenização de danos e infrações, seja qual for por eles eventualmente praticados à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, acompanhamento e fiscalização da Contratada;

29. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

30. A Contratada responsabilizará pelo cumprimento e atendimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, realizando o programa de controle médico de saúde ocupacional e prevenção de riscos ambientais, de acordo com o Instituto Legal;

31. Cumprir todas as demais obrigações contidas nos anexos e legislação cabível independente de transcrição neste instrumento.

32. Cumprir as disposições do Capítulo V da Consolidação das Leis Trabalhistas e das Normas Regulamentadoras – NR da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978;



33. Anuir com a retenção prevista na Resolução nº 169/2013 do CNJ, dos seguintes percentuais incidentes sobre o total da remuneração de cada empregado:

Contingenciamento de Encargos Trabalhistas			
Regime de Trabalho	Lucro Presumido ou Lucro Real		Simples
RAT ajustado (RAT*FAP) ¹	0,5%	6,0%	-
Módulo 1 do Anexo II (Tabela 2) (a)	14,30%	19,80%	-
Encargo	Mínimo	Máximo	-
13º Salário	8,3333%		
Férias	8,3333%		
Abono de Férias	2,7777%		
Subtotal (b)	19,4443%		
Incidência Módulo 1 do Anexo II (a)*(b) = (c)	2,7805%	3,85%	-
Multa FGTS (d)	4,2998%		
Encargos Retidos (b)+(c)+(d) = (e) ²	26,5246%	27,5941%	23,7441%

1. Variação percentual possível de acordo com a legislação vigente.

2. Somatório de encargos retidos.

1. As despesas com abertura e manutenção da conta corrente vinculada para recebimento das retenções de que trata o item anterior, serão suportadas pelos custos indiretos mencionados no módulo 5 da planilha de custos e formação de preços, sem qualquer ressarcimento pelo CONTRATANTE.

2. Recompôr o saldo da conta corrente vinculada, nas hipóteses de determinação judicial de bloqueio e transferência de valores, conforme artigo 15º da Resolução nº 169/CNJ.

3. Anuir com as retenções dos pagamentos mensais devidos à CONTRATADA a serem depositados na conta corrente vinculada, na forma estabelecida no parágrafo único do artigo 1º da Resolução nº 169/2013 do CNJ.



4. Assinar no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do CONTRATANTE, os documentos de abertura da conta corrente vinculada para fins de depósitos das retenções de que trata o item anterior.

5. Os valores referentes às rubricas mencionadas no artigo 4º da Resolução nº 169/CNJ serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra nas dependências de unidades do CONTRATANTE, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produtos específicos, ordem de serviço etc.

6. Efetue o pagamento de salários aos empregados mediante depósito em conta corrente (poupança) bancária.

7. Anuir com aplicação da Resolução nº 169/CNJ Conselho Nacional de Justiça.

8. Cumprir o artigo 4º da Resolução nº 156/CNJ Conselho Nacional de Justiça, eximindo-se de colocar a disposição do Tribunal para o exercício de função de chefia, pessoa que incida na vedação dos artigos 1º e 2º;

9. Fornecer ao fiscal do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, relação de empregados que executam suas tarefas no âmbito das unidades administrativas e judiciárias do TJPB, para cumprimento da Resolução nº 102/2009 do CNJ.

10. Informar ao fiscal do contrato, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, a relação de empregados que executam suas tarefas no âmbito das unidades administrativas e judiciárias do TJPB, em cumprimento a Resolução nº 102/2009 do CNJ.

11. Fornecer planilha de custos e formação de preços readequada sempre que ocorrer durante a vigência do contrato, alteração da legislação trabalhista, tributária e/ou previdenciária de comprovada repercussão nos preços contratados, para fins de instrução das disposições do §5 do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

8.2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

1. Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

2. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

3. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal,



relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

8.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

8.4. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
2. A subcontratação parcial ou total de outra empresa para a execução do objeto deste contrato;
3. Apresentar, no documento de cobrança, os serviços que diferem do objeto do contrato, mesmo que prestados pela contratada, quando autorizados pela Contratante;
4. Alocar nos postos de trabalho, ou na função de preposto, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento, de membros e servidores vinculados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Diretor da Diretoria de Segurança Institucional e Militar, ou por servidor formalmente designado pelo mesmo, o qual poderá solicitar apoio de terceiros.

9.2. O fiscalizador do contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

9.3. Os serviços prestados serão avaliados e atestados até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação.

9.4. A homologação do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao(s) fiscal(is) do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

9.5. A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



10.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá:

1. Encaminhar a cada pagamento mensal, por e-mail à Contratante, os seguintes documentos:
 - a) Guia do Recolhimento do INSS;
 - b) Guia de recolhimento do FGTS; e
 - c) GFIP correspondente às guias de recolhimento do INSS e FGTS, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados, que conste como tomador o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
 - d) Folha de pagamento analítica referente ao mês da prestação dos serviços, em que conste como tomadora o TJPB, acompanhada de cópias dos recibos de depósitos bancários;
2. Entregar, quando solicitado pela administração:
 - a) Comprovante de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, vale alimentação, etc), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços;

10.2. A documentação constante do item 10.1.1 acima deverá, no primeiro mês da prestação dos serviços, estar acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber – da seguinte documentação adicional:

- a) Relação dos empregados vinculados a execução do contrato, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) CTPS, devidamente anotadas pela CONTRATADA, dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

10.3. A documentação constante no item 10.1.1 acima deverá, no último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), estar acompanhada de cópias autenticadas em cartório - ou cópias simples acompanhadas de originais para conferência pelo servidor que as receber dos termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados utilizados na prestação dos serviços contratados, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.

10.4. As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão o prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA, para serem formal e documentalmente esclarecidas.

10.5. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente e até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura de serviços, em 2 (duas) vias, emitidas e encaminhada conforme solicitação do TJPB para fins de liquidação e pagamento.

11.1.1. A atestação do(s) serviço(s) executado(s) cabe ao(s) fiscal(is) do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

11.2. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

11.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, deduzidas as retenções especificadas na cláusula oitava anterior.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e a apresentação da documentação comprobatória, discriminada nesta cláusula, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

11.5. Para efeito de cada pagamento mensal a CONTRATADA deverá remeter por e-mail à Contratante, os seguintes documentos:

1. Arquivo 01;
 - a) Nota fiscal com descrição do contrato e mês da competência do serviço;
 - b) Planilha de provisões para a conta vinculada.
2. Arquivo 02;
 - a) Certidões de Regularidade Fiscal – Federal, Estadual e Municipal válidas
 - b) Certidão de Regularidade junto CRF;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
3. Arquivo 03;
 - a) Folha de pagamento e comprovante(s) de pagamento do mês anterior da folha dos salários da mão de obra vinculada ao TJ;
 - b) Declaração da empresa que forneceu todos os benefícios contratuais devidos aos profissionais cuja mão de obra se loca, de acordo com a planilha de preços e formação de custos. Ex. Vale-Transporte e Vale-Alimentação.
4. Arquivo 04;
 - a) Comprovação de envio SEFIP mês anterior – Conectividade Social;
 - b) RE – Relação de Empregados por tomador;
 - c) INSS:
 - c.1) GPS – mês anterior e comprovante de pagamento;
 - c.2) Analítico GPS;
 - c.3) Relatório de Compensação, se for o caso.
 - d) FGTS:
 - d.1) GFIP mês anterior e comprovante de pagamento;
 - d.2) Analítico GRF.



- d.3) Declaração de optante do simples, se for o caso;
d.4) Garantia Contratual válida.

11.6. A CONTRATADA deverá, durante toda a execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual de que trata a Cláusula Sexta deste contrato.

11.7. À CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste contrato.

11.8. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

11.9. Caso seja detectada qualquer irregularidade atinente ao pagamento a menor de salários e outras vantagens previstas em contrato, bem como de encargos previdenciários e de FGTS, sem justificativa, a CONTRATADA autorizará a retenção na fatura dos valores equivalentes até a solução;

11.10. A CONTRATANTE fará retenção da última fatura, quando do encerramento do contrato, até que a CONTRATADA comprove o pagamento de todos os salários e demais verbas rescisórias aos empregados.

11.11. A CONTRATANTE, quando do pagamento, reterá e recolherá ao Fisco do Município, local da execução dos serviços, a alíquota conforme legislação correspondente, sobre o valor devido, referente a ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

11.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DO CONTRATO

13.1. É admitida a repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno

 <p>Estado da Paraíba Poder Judiciário Tribunal de Justiça</p>	<p>CONTRATO 019/2019</p>
---	--------------------------

mínimo de um ano.

13.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir (dissídio coletivo da categoria e/ou convenção coletiva de trabalho), admitindo-se como termo inicial.

13.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

13.4. O CONTRATADO poderá exercer, perante o CONTRATANTE, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

13.5. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva a repactuação e prorrogue o Contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do seu direito de repactuar.

13.6. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços; de outros documentos indispensáveis à comprovação da alteração de preços de mercado, como, por exemplo, a cópia do decreto municipal que venha a definir o reajuste nas tarifas de transporte público; e do novo acordo, convenção, dissídio coletivo que fundamenta a repactuação.

13.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal ou sentença normativa.

13.8. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
2. As particularidades do contrato em vigência;
3. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
4. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
5. A disponibilidade financeira e orçamentária do CONTRATANTE.

13.9. No caso de repactuação, será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

13.10. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

13.11. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações produzirão efeitos:

1. A partir da assinatura do termo aditivo;
2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
3. Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa, podendo a data estipulada no instrumento para o início dos efeitos financeiros do reajuste salarial ser





considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

13.12. No caso previsto no subitem 13.11.3., o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

13.13. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

13.14. A CONTRATANTE deverá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

13.15. Na hipótese do item anterior, o período que a proposta permaneceu sob a análise da CONTRATANTE será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

13.16. Os custos relativos a uniformes e materiais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes e formalização do pedido pela Contratada, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos doze meses, contados da data de apresentação da proposta ou do último reajuste.

13.17. A alegação de esquecimento quanto ao direito de propor o reajuste não será aceita como justificativa para pedido de efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não a requerer dentro do primeiro mês subsequente a data de aniversário do contrato, responsabilizando-se a Contratada pela própria inércia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. O CONTRATADO será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

1. Apresentação de documentação falsa;
2. Retardamento da execução do objeto;
3. Falhar na execução do contrato;
4. Fraudar na execução do contrato;
5. Comportamento inidôneo;
6. Declaração falsa;
7. Fraude fiscal.

14.2. Para os fins do item 14.1.5, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

14.3. Será deduzido do pagamento as multas aplicadas em razão de falha na execução do contrato, de que trata o item 14.1.3, conforme valores especificados no item 14.6 desta Cláusula.

 <p>Estado da Paraíba Poder Judiciário Tribunal de Justiça</p>	<p>CONTRATO 019/2019</p>
---	---------------------------------

14.4. O retardamento da execução previsto no item 14.1.2, estará configurado quando o CONTRATADO:

- a) deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- b) deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 dias seguidos ou por 10 dias intercalados.

14.5. A falha na execução do contrato prevista no item 14.1.3 estará configurada quando o CONTRATADO se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das situações previstas na tabela 1, respeitada a graduação de infrações previstas na tabela 3 do item 6 desta cláusula.

TABELA 1	
Grau	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
01	7 ou mais
02	6 ou mais
03	5 ou mais
04	4 ou mais
05	3 ou mais
06	2 ou mais

14.6. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 2	
Grau	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% do valor anual do contrato
02	0,4% do valor anual do contrato
03	0,5% do valor anual do contrato
04	0,6% do valor anual do contrato
05	1% do valor anual do contrato
06	2,5% do valor anual do contrato

TABELA 3 – INFRAÇÃO			
Item	Descrição da infração	Grau	Incidência
01	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços;	03	Por empregado e por dia
02	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	02	Por ocorrência
03	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material;	02	Por ocorrência
04	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	06	Por dia
05	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	04	Por ocorrência





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

CONTRATO 019/2019

TABELA 3 – INFRAÇÃO			
Item	Descrição da infração	Grau	Incidência
06	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato;	05	Por ocorrência
07	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	05	Por ocorrência
08	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais;	06	Por ocorrência
09	Retirar do local de prestação dos serviços quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável;	01	Por item e por ocorrência
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	04	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

TABELA 3 – INFRAÇÃO			
Item	Descrição da infração	Grau	Incidência
11	Executar quaisquer dos serviços especificados no termo de referência ou solicitados pela fiscalização;	01	Por empregado e por dia
12	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições;	01	Por empregado e por dia
13	Manter a documentação de habilitação atualizada;	01	Por item e por ocorrência
14	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO;	01	Por ocorrência
15	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários;	01	Por ocorrência
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO;	02	Por ocorrência
17	Efetuar a reposição de funcionários faltosos;	02	Por ocorrência
18	Efetuar o pagamento de salários, vales transporte, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	05	Por dia e por ocorrência
19	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária.	02	Por ocorrência e por dia
20	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços.	01	Por ocorrência e por dia
21	Entregar ou entregar incompleta a documentação exigida na CLAUSULÁ DÉCIMA deste Contrato;	01	Por ocorrência e por dia
22	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida na CLAUSULÁ DÉCIMA deste Contrato;	01	Por ocorrência e por dia
23	Assinar no prazo de 20 (vinte) dias a contar da notificação do CONTRATANTE, os documentos de abertura da conta	03	Por dia

 <p>Estado da Paraíba Poder Judiciário Tribunal de Justiça</p>	<p align="center">CONTRATO 019/2019</p>
---	--

TABELA 3 – INFRAÇÃO			
Item	Descrição da infração	Grau	Incidência
	corrente vinculada para fins de depósitos das retenções.		
24	Fornecer ou fornecer com atraso planilha de custos e formação de preços readequada sempre que ocorrer, durante a vigência do contrato, alteração da legislação trabalhista, tributária e/ou previdenciária de comprovada repercussão nos preços contratados para menor.	01	Por ocorrência e por dia.

14.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao beneficiário da nota de empenho.

14.8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o beneficiário da nota de empenho obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contatos da comunicação oficial.

14.9. Será remetida à Central de Compras do Estado da Paraíba, cópia do ato que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

15.2. A rescisão deste contrato pode ser:

1. determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

15.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

16.1. O presente contrato fundamenta-se:

1. na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 5.450/2005;
2. subsidiariamente na Lei n.º 8.666/1993.

16.2. O presente contrato vincula-se aos termos:

1. do edital do Pregão Eletrônico nº 009/2019, constante do Processo Administrativo Eletrônico nº 2019040327;





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

CONTRATO 019/2019

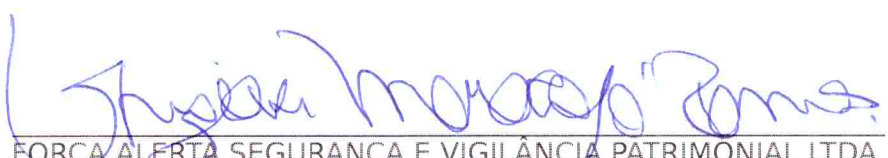
2. Termo de Referência elaborado pela Gerência de Contratação e aprovado pela Assessoria de Segurança Institucional; e
3. Proposta comercial da empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

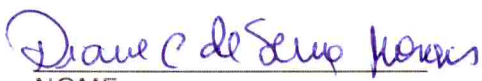
17.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

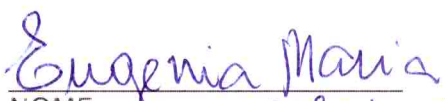
João Pessoa (PB) 23 de Agosto de 2019.


DESEMBARGADOR MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA


FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:


NOME:
CPF: 000.034904-67
RG: 1862094.


NOME:
CPF: 88472272400
RG: 237984558-PB



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°009 /2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2019040327

PROPOSTA DE PREÇOS – LOTE 1

A empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.446.347/0001-16, inscrição municipal: 0473829, inscrição estadual: isenta, com SEDE a Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco, Campina Grande – PB, telefone: (83) 3341-1700, e-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br, diretoria@grupoalertasv.com.br, e escritório localizado a Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 1839, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP: 58030-002, telefone: (83) 3224-6581, por intermédio de seu representante legal o Sr. SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, portador da Carteira de Identidade nº 1.170.00 SSP/PB e do CPF nº 024.095.094-10, se propõe a executar os serviços discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no escopo abaixo:

1 - DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de vigilância armada, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, EPIs e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, destinados a suprir a necessidade de segurança de diversas Unidades do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, num total de 72 (setenta e dois) postos, sendo 33 (trinta e três) postos de 24 horas, 10 (dez) postos de 12 horas e 29 (vinte e nove) postos de 08 horas, totalizando 181 (cento e oitenta e um) vigilantes:

2 - DO VALOR - Os valores unitário, mensal e global/anual para execução dos Serviços de Vigilância Ostensiva e Armada serão abaixo explicitados:

LOTE I

Valor Global da Proposta – LOTE I

Descrição	Qtd. de Postos	Valor Por Posto	Valor Mensal	Valor Global (12 meses)
Posto 8 horas diurnas JP	8	R\$ 3.367,19	R\$ 26.937,52	R\$ 323.250,24
Posto 24 horas JP	12	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76	R\$ 2.025.933,12
TOTAL	20		R\$ 195.765,28	R\$ 2.349.183,36

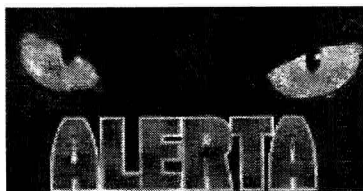
Valor Mensal para o Lote 1: *cento e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos*

Valor Global para o Lote 1: *dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos*

VALIDADE DA PROPOSTA: O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: O prazo do início da execução do serviço

Matriz PARAÍBA - Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - (83) 3341-1700
Escritório PARAÍBA - Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1839, Bairro dos Estados - João Pessoa - (83) 3224-6581
Filial RIO GRANDE DO NORTE - Rua Potilândia, 216, Nova Parnamirim - Parnamirim - (84) 3302-0718
Filial PERNAMBUCO - Rua Professor Agamenon Magalhães, 381, Vila Popular - Olinda - (81) 3439-3528



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°009 /2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2019040327

dever seguir o constante no Anexo I - Termo de Referência

SALÁRIO NORMATIVO/BASE A SER PAGO AO(S) PROFISSIONAL(IS) ALOCADO(S): R\$ 1.058,07 (hum mil, e cinquenta e oito reais e sete centavos); periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre o salário normativo.

Indicação do Sindicato ao qual a licitante está vinculada, anexando, preferencialmente, a convenção coletiva da categoria: *SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DA PRAIBA - CNPJ n. 24.508.145/0001-66 e SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA - CNPJ n. 24.097.768/0001-93*, com a **PB0000074/2019**, com abrangência territorial no Estado da Paraíba, exceto a cidade de Campina Grande, e data-base para 1º de março, 01º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020. *SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DA PRAIBA - CNPJ n. 24.508.145/0001-66 e SINDVIGILANTES-CG - SIND. DOS VIG. E EMP. EMP. DE SEG, VIG., TRANSP. VAL., SEG. ORG., ESC. ARM., V. ELET., SEG. PRIV. E C. FORM. VIG. MUN. CG EST. PB - CNPJ n. 09.078.631/0001-06*, com a **PB0000070/2019**, com abrangência territorial no Estado da Paraíba, cidade de Campina Grande, e data-base para 1º de março, 01º de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020. Funcionários/vigilantes: CBO nº 5173-30.

A quantidade de pessoal que será alocada na execução contratual é 12 (doze) postos de 24 horas, 08 (oito) postos de 08 horas, totalizando 56 (cinquenta e seis) vigilantes.

DECLARAÇÃO:

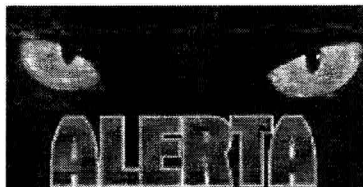
Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, inclusive quanto à incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, tributária, fiscal e previdenciária, e, ainda, custos referentes à implantação se for o caso e/ou gastos da empresa com suporte técnico e administrativo.

Declaramos que o prazo de pagamento será conforme previsto em edital.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N °009 /2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2019040327

DADOS DA EMPRESA E DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) PARA ASSINATURA DO CONTRATO, CASO SEJA O VENCEDOR:

Dados da Empresa:

- 1) RAZÃO SOCIAL: FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA
- 2) CNPJ: 10.446.347/0001-16
- 3) END: RUA ESTELITA CRUZ, 221, ALTO BRANCO – CAMPINA GRANDE – PB, CEP: 58.401-470, FONE: (83) 3341-1700
- 4) EMAIL: comercial3@grupoalertasv.com.br diretoria@grupoalertasv.com.br
- 5) BANCO: BANCO DO BRASIL
- 6) AGENCIA: nº 5892-0
- 7) CONTA CORRENTE: nº 7766-6
- ALÍQUOTA DE ISS: 5% (cinco por cento) para os municípios de João Pessoa/PB

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

- 1) Nome: SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS
- 2) Profissão: EMPRESÁRIO
- 3) Endereço Profissional: RUA ESTELITA CRUZ, 221, ALTO BRANCO – CAMPINA GRANDE – PB, CEP: 58.401-470 - FONE: (83) 3341-1700
- 4) CPF/MF: 024.095.094 - 10
- 5) RG/Órgão Expedidor: 1.170.000 SSP/PB
- 6) Cargo/Função: SOCIO - DIRETOR
- 7) Naturalidade: GURJÃO/PB
- 8) Nacionalidade: BRASILEIRO
- 9) Estado Civil: CASADO

Campina Grande-PB, 18 de julho de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024.095.094-10



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
TeleFax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N°009/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2019040327

DESCRIÇÃO DOS POSTOS

LOTE 01

Prédio TJ e Anexo	05 (cinco) postos de 08 (oito) horas diurnas, de segunda a sexta com 5 (cinco) vigilantes, 1 (um) vigilante por posto.
	03 (três) postos 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
Anexo Instituto João XXIII	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
	01 (um) posto de 08 (oito) horas diurnas, de segunda a sexta com 1 (um) vigilantes, 1 (um) vigilante por posto.
Centro Profissionalizante	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
6º Juizado Especial	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
ESMA	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
Corregedoria Geral	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
Fórum de Bayeux	02 (dois) postos de 24 (vinte e quatro) horas de segunda a segunda, com 8 (oito) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
Juizado Violência C. Mulher João Pessoa	02 (dois) postos de 08 (oito) horas diurnas, de segunda a sexta com 2 (dois) vigilantes, 1 (um) vigilante por posto.
	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.
Complexo de Mangabeira	01 (um) posto de 24 (vinte e quatro) horas, de segunda a segunda, com 4 (quatro) vigilantes divididos em turnos de 12 X 36 horas.

LOTE I – LOCALIDADE DE POSTOS DE VIGILÂNCIA E QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO

SETOR	POSTO DE SEGURANÇA	QTD. POSTOS POR TURNO		
		24 hs	12 hs	8 hs
Prédio do TJ/Anexo	8	3	0	5
Centro Profissionalizante	1	1	0	0
Colégio João XXIII	2	1	0	1
Complexo Mangabeira	1	1	0	0
Fórum de Bayeux	2	2	0	0
Esma	1	1	0	0
Corregedoria	1	1	0	0

Matriz PARAÍBA - Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - (83) 3341-1700
Escritório PARAÍBA - Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1839, Bairro dos Estados - João Pessoa - (83) 3224-6581
Filial RIO GRANDE DO NORTE - Rua Potilândia, 216, Nova Parnamirim - Parnamirim - (84) 3302-0718
Filial PERNAMBUCO - Rua Professor Agamenon Magalhães, 381, Vila Popular - Olinda - (81) 3439-3528



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

AO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – N °009 /2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: 2019040327

Juizado Violência C. Mulher JP	3	1	0	2
6º Juizado Especial	1	1	0	0
TOTAL GERAL	20	12	0	8

OBSERVAÇÃO:

1 – 12 postos de 24 horas X 4 vigilantes por posto = 48 vigilantes.

2 – 8 postos de 8 horas X 1 vigilante por posto = 8 vigilantes 3 – TOTAL DE VIGILANTES PARA O LOTE I 56 VIGILANTES.

Campina Grande-PB, 18 de julho de 2019.

Shigeaki Maracajá Ramos

Sócio - Diretor

RG. 1.170.000 – SSP-PB

CPF – 024.095.094-10



FORÇA ALERTA

Rua Estrela Cruz, 231, Alto Branco - Campinas Grande - PB
Tele Fax: (33) 3341-1700 - CNPJ: 10.545.347/0001-16
E-mail: comercial@grupofortaleza.com.br

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dados complementares

Regime Tributário: LUCRO REAL

Discriminação dos Serviços (dados referente a contratação)	
A Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	18/07/2019
B Município/UF	PARAIBA
C Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	FB000074/2019
D Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
POSTO de Vigilância Armada, diurno das (6:00 às 18:00) horas, na escala de (12 x 36), de segunda-feira a domingo, inclusive feriados. O serviço deverá ser prestado nas instalações de um Órgão Público Estadual.	POSTO	12

ANEXO II-A - MÃO-DE-OBRA

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente a mão-de-obra	Vigilância Diurna 12x36h
1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	5173-30
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	RS 1.058,07
3 Salário Nominal da Categoria Profissional	Vigilante
4 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	01/03/2019
5 Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
I	Composição da Remuneração	Alíquota	Valor	Fundamentação
A	Salário Base (CCT - Clausula 3ª)		RS 1.058,07	São os salários normativos categoria, relativos ao mês da data-base, constantes dos acordos, convenções ou dissídios da categoria profissional.
B	Adicional de Risco de Vida/ Periculosidade (Lei nº 12.740/12/12)	30,00%	RS 317,42	Previsto em legislação ou acordo coletivo, para trabalho em condições de periculosidade, que impliquem em condições de risco à saúde do trabalhador ou integridade física. Ref. art. 193 e 194 da CLT, art. 7º inciso XXIII da Constituição Federal. Norma regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho - Portaria nº 3.182 de 28.06.2008.
C	Adicional Noturno		RS -	É o adicional concedido ao trabalhador ao trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, sendo remunerado com adicional de pelo menos 20% (art. 73 da CLT, art. 7º inciso IX da Constituição Federal). Simula nº 60 do TST - Orientação Jurisprudencial - SDI1-395.
D	Hora noturna adicional		RS -	Adicional decorrente de cada hora remunerada no período noturno que corresponder a 52 minutos e 30 segundos (art. 73 § 1º da CLT, art. 7º inciso IX da CF/88. Jurisprudencial - SDI1-127, Orientação Jurisprudencial - SDI1-395).
E	Adicional de Hora extra		RS -	Consiste no tempo laborado além da jornada diária estabelecida pela legislação, contrato de trabalho ou norma coletiva de trabalho. Deve ser efetuada no mínimo 50% sobre o valor da hora normal, caso o trabalho seja efetuado em dias da semana (de segunda a sábado), e de 100% em domingos e feriados.
F	Outros (especificar)		RS -	---
G	Outros (especificar)		RS -	---
Total de Remuneração			RS 1.375,49	

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor	Fundamentação
A	13º Salário	8,33%	RS 114,58	Corresponde à gratificação natalina. É um direito do trabalhador garantido pela Constituição, portanto, uma gratificação compulsória. Corresponde ao valor da remuneração mensal percebida no mês de dezembro.
B	Férias e Adicional de Férias (Conta Vinculada)	12,10%	RS 166,43	É um direito do trabalhador, garantido na Constituição, ao gozar férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	RS 281,01	

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	Valor	Fundamentação
A	INSS	20,00%	RS 331,30	Art. 195, inciso I, alínea "a", CF/88; art. 22, inciso I da Lei 8.212/91. Percentual incidente = 20%.
B	SESI ou SESC	1,50%	RS 24,85	Art. 30 da Lei 8.036/90, art. 1º da Lei 8.154/90 e Decreto-Lei 2.318/86. Percentual incidente = 1,5%.
C	SENAI ou SENAC	1,00%	RS 16,57	Art. 1º da Lei 8.154/90 e Decreto-Lei 2.318/86. Percentual incidente = 1,0%.
D	INCRA	0,20%	RS 3,31	Lei 2.613/55, art. 1º, inciso I, Decreto-Lei 1.146/70. Percentual incidente = 0,20%.
E	Salário educação	2,50%	RS 41,41	Art. 212, § 5º, CF/88; Lei 9.706/96; Decreto 6.037/2006. Percentual incidente = 2,5%.
F	FGTS	8,00%	RS 132,52	Art. 7º, inciso III, CF/88 e o art. 15 da Lei 8.036/90. Percentual incidente = 8%.
G	Riscos Ambientais de Trabalho (RAT x FAP)	2,49%	RS 41,25	Art. 22, inciso II da Lei 8.212/90; art. 10 da Lei 10.666/2003; art. 202-A do Regime de Previdência social. Percentual incidente: alíquotas de 1%, 2% ou 3% ou variante conforme SEFIP.
H	SEBRAE	0,60%	RS 9,94	Art. 8º, § 3º da Lei 8.029/90. Percentual incidente = 0,6%.
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,29%	RS 601,15	



FORÇA ALERTA

Rua Estrela Cruz, 231, Alto Branco - Campana Grande - PE
Tele/Fax: (53) 3341-1700 - CEP: 10.445-347-0001-16
E-mail: precat@forcaalerta.org.br

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS						
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			Valor		Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas
A	Transporte (valor x 2 passageiros x 15d) - (Sal x 3%)	R\$	3,80	R\$	82,26	Forma de cálculo: (Dias de trabalho no mês) x (Número de Passageiros por dia) x (Custo da passagem) Custo total das passagens, deduzido 1% do salário base do empregado.
B	Auxílio Alimentação (valor x 15d) - (20%)	R\$	16,50	R\$	198,00	O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi instituído pela Lei 6.321/76. O auxílio-alimentação é fornecido por dia trabalhado, podendo ser descontado do empregado o valor correspondente a 20% do custo direto da alimentação. A participação do empregado deve.
C	Coberturas Sociais			R\$	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
D	Contribuição Assistência Patronal			R\$	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
E	Seguro de vida/ Auxílio funeral			R\$	3,60	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
F	Auxílio funeral			R\$	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
G	Dia do Vigilante			R\$	3,82	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
H	Exames médicos (admissional/periódico/demissional)			R\$	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
I	Outros (Assistência Jurídica)			R\$	0,25	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
Total de Benefícios mensais e diários				R\$	288,00	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria/Relação pela empresa

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		%	Valor
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	20,43%	R\$ 281,01
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	36,29%	R\$ 601,15
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	0,00%	R\$ 288,00
TOTAL DO MÓDULO 2		56,72%	R\$ 1.170,16

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO						
3	Provisão para Rescisão	%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas	
A	Aviso-prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,78	Art. 487, CLT, art. 7º, XXI, CF/88	Cálculo: $((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	
B	Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,46	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90	Aviso prévio indenizado x % FGTS (Cálculo: $0,00\% \times 0,42\% = 0,03\%$)	
C	Multa do FGTS do aviso-prévio indenizado	0,01%	R\$ 0,17	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90	Considerando FGTS 40% e Contribuição Social 10%, totalizando 50% sobre o FGTS. Entretanto, o percentual de ocorrência anual dos funcionários que pedem demissão corresponde a 3%. Cálculo: $0\% \times 5\% \times 3\% = 0,012\%$	
D	Aviso-prévio trabalhado	1,94%	R\$ 26,68	Art. 487 e 488, CLT, art. 7º, XXI, CF/88	Cálculo: $((2 \text{ dias de redução} / 10 \text{ dias}) / 12 \text{ meses}) = 1,94\%$	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 9,68	***	Aviso prévio trabalhado e incidência do Submódulo 2.2	
F	Multa do FGTS do aviso-prévio trabalhado (Conta Vinculada)	5,00%	R\$ 68,77	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90	Cálculo: $(0\% \times 50\% \times 1\% \times 12\% = 5\% \times 5\% \times \text{percentual incidente sobre a remuneração utilizado para determinação do valor a ser provisionado, referente a multa rescisória conforme Tabela IN$	
TOTAL DO MÓDULO 3		8,11%	R\$ 111,55	Todas as percentuais vinculadas a este módulo são sobre a remuneração		

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	Valor		Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,93%	R\$	12,74	Art. 129-153, CLT, art. 7, XVII, CF/88.	Total da Remuneração x % Percentual das férias do ausente (1+1/3 de férias/12/12 = 0,926%)
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,28%	R\$	3,82	Art. 473 da CLT	Cálculo: 1 falta/30 dias/12 meses = 0,278%
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade (IN 07/18)	0,02%	R\$	0,28	Art. 173, III, CLT, art. 7º, XIX e art. 10, § 1º, II, ADCT, CF/88.	De acordo com o RCE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Cálculo: 5 dias de licença por ano/30 dias x 1/12 meses x 0,015 = 0,0002 x 100 = 0,02%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,33%	R\$	4,58	Art. 19-23, e 60, da Lei 8.213/91, e/c art. 75 do RPS.	Cálculo: 15 dias de afastamento/30 dias/12 meses x 0% dos empregados = 0,333%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,02%	R\$	0,29	Toda empregada que tiver filho a afastar-se do trabalho por 120 dias (art. 7º, XVIII da CF), podendo a licença ser prorrogada por mais 60 dias, no âmbito do programa empresa citada da Lei 11.770/2008.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,45%. Considerando-se o custo de resgate con- sistindo 42,82% da remuneração (RPP 20,00% + SAT 2,49% + 13º Salário 0,33% + FGTS 0,08% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença maternidade dura 4 meses, a provisão para este item corresponde a $((0,0144 \times 0,1 \times 0,4282 \times 4/12) = 0,000208 \times 100 =$ 0,0208%
F	Substituto na cobertura de Auxílio Doença (IN 07/18)	1,39%	R\$	19,11	Art. 59-64, Lei 8.213/91, art. 70-80, RPS.	Cálculo: 5 dias de afastamento/30 dias/12 meses = $((5/30)/12) \times 100 = 1,389\%$
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		2,97%	R\$	40,81		



FORÇA ALERTA

Rua Estrela Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB
Tel/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.846.347/0001-16
E-mail: comercial@grupoalerta.com.br

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
Submódulo 4.2 - Intrajornada		%	Valor		Fundamentação
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$	140,68	Corresponde ao intervalo para repouso ou alimentação em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas. Nos casos em que o intervalo para repouso ou alimentação não for concedido, o empregador ficará obrigado a remunerar este período nos termos da lei.
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	R\$	140,68	(salário + 30%) / 220 * 15 dias * 50%

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor	
A Ausências Legais	2,97%	R\$	40,81
B Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$	140,68
TOTAL DO MÓDULO 4	2,97%	R\$	181,48
Total de Encargos			67,80%

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS					
S	Insumos Diversos	Valor		Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas
A	Uniforme	R\$	12,40	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de uniforme para a Categoria profissional	Ver planilha auxiliar
B	Equipamentos	R\$	12,08	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de equipamentos	Ver planilha auxiliar
C	Materiais	R\$	-	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de materiais	Ver planilha auxiliar
D	Utensílios	R\$	-	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de utensílios	...
E	Outros (especificar)	R\$	-
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$	24,49		

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros	%	Valor		
A	Custos Indiretos	0,57%	R\$ 16,32	São custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com a sua estrutura administrativa, organização e gerenciamento do contrato. É calculado mediante incidência percentual.	Soma dos módulos 5 %
B	Lucro	0,52%	R\$ 14,97	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica calculado mediante incidência percentual	Soma dos módulos + custos indiretos %
Tributos (incidentes sobre o Valor Total por Empregado)					
C	Tributos				
C.1	Cofins	3,00%	R\$ 95,06	Lei Complementar nº 7/76; Lei 10.637 - MP nº 135/02	Base para Tributos e Aliquotas
C.2	PIS	0,65%	R\$ 20,60	Lei Complementar nº 70/91; Lei 10.833/2004	Base para Tributos e Aliquotas
C.3	ISSQN	5,00%	R\$ 158,43	Art. 146 da CF/88; Lei Complementar nº 116/03; Lei Orgânica Municipal	Base para Tributos e Aliquotas
TOTAL			R\$ 305,37		

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		Valor	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.375,49
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios anuais, mensais e diários	R\$	1.170,16
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$	111,55
D	Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente	R\$	181,48
E	Módulo 5 - Insumos diversos	R\$	24,49
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$	2.863,16
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros	R\$	305,37
Valor Total por Empregado		R\$	3.168,54
Valor K			2,30



FORÇA ALERTA

Rua Ernesto Cruz, 231, Alto Branco - Campina Grande - PB
Tel/Fax: (81) 3341-1700 - CNPJ: 10.445.347/0001-15
E-mail: comercial@grupoalerta.com.br

ADENDO II-C - QUADRO-RESUMO - VALOR MENSAL POR POSTO DE SERVIÇO					
Tipo do Serviço (A)	Valor proposto por Empregado (B)	Quant. De Empregados por Posto (C)	Valor proposto por Posto (D) = (BxC)	Quant. De Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)
POSTO de Vigilância Armada, diurno das (6:00 às 18:00) horas, na escala de (12 x 36), de segundafeira a domingo, inclusive feriados. O serviço deverá ser prestado nas instalações de um Órgão Público Estadual.	R\$ 3.168,54	02	R\$ 6.337,08	12	R\$ 76.044,96
Valor Mensal dos Serviços - TJPB - PARAIBA					R\$ 76.044,96

ADENDO II-D - QUADRO-DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - POSTO ITEM	
Descrição	Valor (R\$)
A Valor proposto por posto	R\$ 6.337,08

Campina Grande-PB, 18 de julho de 2019



FORÇA ALERTA
Rua Ezequias Cruz, 241, Alto Branco - Campina Grande - PB
Telfax: (51) 3344-1700 - CNPJ: 10.428.847/0001-16
E-mail: contato@forcaalerta.com.br

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dados complementares
Regime Tributário: LUCRO REAL

Discriminação dos Serviços (dados referente a contratação)	
A Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	16/07/2019
B Município/UF	PARAIBA
C Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PS000074/2019
D Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço	
Tipo de serviço	Quantidade total a contratar
POSTO de Vigilância Armada, noturno das (18:00 às 6:00) horas, na escala de (12 x 36), de segunda a domingos, inclusive feriados. O serviço deverá ser prestado nas instalações de um Órgão Público.	12

ANEXO II-A - MÃO-DE-OBRA

Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
Dados complementares para composição dos custos referente a mão-de-obra	
1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Noturna 12x36h
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3 Salário Nominal da Categoria Profissional	R\$ 1.058,07
4 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5 Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/2019

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
Item	Composição de Remuneração	Alíquota	Valor	Memória de Cálculo
A	Salário Base (LCT - Classe III)		R\$ 1.058,07	Salário conforme categoria
B	Adicional de Risco de Vida/ Periculosidade (Lei nº 12.740/12/12)	30,00%	R\$ 317,42	Salário conforme categoria + 30%
C	Adicional Noturno	20,00%	R\$ 131,30	(salário + 30%) / 220h * 15 dias * 7h30 * 20% (adicional)
D	Hora noturna adicional		R\$ 154,10	Adicional decorrente de cada hora remunerada no período noturno que corresponder a 52 minutos e 30 segundos (art. 73 § 1º da CLT art. 7º inciso IX da CF/88, parágrafo único - SPDT 127, Orientação Jurisprudencial - SDI1-305)
E	Adicional de Hora extra		R\$	Constante no tempo laborado além da jornada diária estabelecida pela legislação, o tempo de trabalho no período noturno de trabalho deve ser elevado no mínimo 50% sobre o valor da hora normal, caso o trabalho seja efetuado em dias da semana (de segunda a sábado), e de
F	Descanso Semanal (sobre C e D)		R\$ 57,08	Adicional Noturno + Hora noturna adicional / 25 (média de dias úteis) * (média de dias não úteis)
G	Outros (especificar)		R\$	
Total de Remuneração			R\$ 1.717,97	

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo
A 13º Salário	8,33%	R\$ 143,11	Corresponde a gratificação natalina e um décimo do salário garantido pelo trabalhador, portanto é uma gratificação compulsória. Corresponde ao valor da remuneração mensal percebida no mês de dezembro.	Fórmula de cálculo: (12/12) x 100 = R\$ 1222,96
B Férias e Adicional de Férias (Conta Vinculada)	12,10%	R\$ 207,87	É um direito do trabalhador, garantido na Constituição, ao 30 dias de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário mensal.	Fórmula de cálculo: Férias + Adicional de Férias = 2,90% + 9,20% = 12,10%, aproximadamente 12,10%. Dessa forma a previsão mensal pode ser obtida por: Salário Mensal (R\$ 1.058,07) x 100 = 8,33% * 13 Salário (R\$ 1.058,07) x 100 = 2,90%
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			20,43%	R\$ 350,98

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo
A INSS	20,00%	R\$ 413,79	Art. 195, inciso I, alínea "a", CF/88, art. 22, inciso I do art. 212/90.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual (%)
B SESI ou SESC	1,50%	R\$ 31,03	Art. 30 da Lei 9.076/90, art. 1º da Lei 9.154/90 e Decreto-Lei 2.318/86.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
C SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 20,69	Art. 13 da Lei 9.154/90 e Decreto-Lei 2.318/86.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
D INCRA	0,20%	R\$ 4,14	Lei 2.813/55, art. 15, inciso I, Decreto-Lei 1.346/70.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
E Salário educação	2,50%	R\$ 51,72	Art. 212, § 5º, CF/88, Lei 9.766/90, Decreto 6.032/06.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
F FGTS	8,00%	R\$ 165,52	Art. 7º, inciso III, CF/88 e o art. 15 da Lei 8.036/90.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
G Riscos Ambientais de Trabalho (RAT x FAP)	2,49%	R\$ 51,52	Art. 22, inciso II da Lei 9.122/90, art. 10 da Lei 10.666/2003, art. 102-A do Regime de Previdência Social. Percentual incidente: alíquota de 1% - 3% ou 3% ou variável conforme SEPIP.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
H SEBRAE	0,60%	R\$ 12,41	Art. 95, § 3º da Lei 8.029/90.	(Total do módulo 1) + (Total do módulo 2) x percentual (%)
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			36,29%	R\$ 750,82



FORÇA ALERTA

Rua Esmeralda, 221, Alto Branco - Campana Grande - PB
Fone/Fax: (35) 3342.1150 - CNPJ: 15.448.147/0001-16
E-mail: contato@forcaalerta.com.br

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo
A	Transporte (vix x 2 passageiros x 15d) - (Sal x 3%)	R\$ 3,80	R\$ 82,26	Valor referente aos custos de transporte do empregado, proporcionando pelo empregador por meio de transporte próprio ou por meio da contratação de valores transportes. O Programa DE Alimentação do Trabalhador (PAT) foi instituído pela Lei nº 20.176/76. O auxílio-alimentação é fornecido para dar trabalho, podendo ser descontado do empregado o valor correspondente a 20% do custo direto da alimentação, e partilhado do empregado, deve.
B	Auxílio Alimentação (vix x 15d) - (20%)	R\$ 16,50	R\$ 198,00	Forma de cálculo: (valor fixo do auxílio alimentação x dias no mês) = R\$ 198,00
C	Coberturas Sociais	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
D	Contribuição Assistência Patronal	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
E	Seguro de vida/ Auxílio funeral	R\$ 3,60	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
F	Auxílio funeral	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
G	Dia do Vigilante	R\$ 4,77	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
H	Exames médicos (admissional/período/demissional)	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
I	Outros (Assistência Jurídica)	R\$ 0,25	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 280,95		

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensis e Diários	%	Valor
2.1 Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	20,43%	R\$ 350,98
2.2 Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	36,29%	R\$ 750,82
2.3 Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	0,00%	R\$ 280,95
TOTAL DO MÓDULO 2	56,72%	R\$ 1.382,75

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão	%	Valor	Fundamentação
A	Aviso-prévio indenizado	0,42%	R\$ 7,22	Art. 487, ULT, art. 7º, XXI, CF/88.
B	Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,50	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90.
C	Multa do FGTS do aviso-prévio indenizado	0,01%	R\$ 0,21	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90.
D	Aviso-prévio trabalhado	1,94%	R\$ 33,54	Art. 487 e 488, CLT, art. 7º, XXI, CF/88.
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o aviso-prévio trabalhado	0,70%	R\$ 12,09	-
F	Multa do FGTS do aviso-prévio trabalhado (Conta Vinculada)	5,00%	R\$ 85,90	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90.
TOTAL DO MÓDULO 3		8,11%	R\$ 139,32	Todos os percentuais vinculados a esse módulo são sobre a remuneração.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
Submódulo 4.1 - Ausências Legais		%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,93%	R\$ 15,91	Art. 129-133, CLT, art. 7, XVIII, CF/88	Total da Remuneração x 50 Percentual das férias de acordo: (1 - 1/12 de férias/12) x 0,926%
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,28%	R\$ 4,78	Art. 472 da CLT	Cálculo: 1 hora/30 dias /12 meses = 0,278%
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade (IN 07/18)	0,02%	R\$ 0,34	Art. 473, III, CLT, art. 7º, XIX e art. 10, § 1º, II, ADCT, CF/88	De acordo com o RBR, nos casos de 15 dias de licença por ano/30 dias x 1/12 meses x 0,015 = 0,0002 x 100 = 0,02%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,33%	R\$ 5,72	Art. 19-23, e 40, da Lei 9.213/91, c/c art. 75 do RPS	Cálculo: 15 dias de afastamento/30 dias /12 meses = 0,416%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,02%	R\$ 0,36	Toda empresa que tiver filho a afastar-se do trabalho por 120 dias (art. 75, XVIII da CF) pode, a critério da empresa, ser prorrogado por mais 60 dias no âmbito de regime empresa calculado da Lei 11.779/2008	De acordo com o RBR, nos casos de 15 dias de licença por ano/30 dias x 1/12 meses x 0,015 = 0,0002 x 100 = 0,02%
F	Substituto na cobertura de Auxílio Doença (IN 07/18)	1,39%	R\$ 23,86	Art. 59-64, Lei 8.213/91, art. 70-80, RPS	Cálculo: 5 dias de afastamento/30 dias /12 meses = (5/30)/12/100 = 1,388%
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		2,97%	R\$ 50,97		



FORÇA ALERTA

Rua Ezequiel Cruz, 223, Alto Branco - Campina Grande - PB
Tel/Fax: (81) 3341.1700 - C.NPJ: 19.456.847/0001-16
E-mail: conceito@forcaalerta.com.br

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE				
Submódulo 4.2 - Intrajornada	%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo
A Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 169,86	Corresponde ao intervalo para repouso ou alimentação em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 4 (quatro) horas. Não inclui o que é devido para repouso ou alimentação não for concedido, o empregador ficará obrigado a remunerar este período nos termos da lei.	Intervalo + 30% + Adicional noturno + Hora noturna Adicional / 220 = 15 dias * 50%
TOTAL SUBMÓDULO 4.2	0,00%	R\$ 169,86		

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor
A Ausências Legais	2,97%	R\$ 50,97
B Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 169,86
TOTAL DO MÓDULO 4	2,97%	R\$ 220,83
Total de Encargos	67,80%	

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS				
S	Insumos Diversos	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo / Notas Explicativas
A	Uniforme	R\$ 12,40	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de uniforme para a categoria profissional.	Ver planilha auxiliar
B	Equipamentos	R\$ 12,08	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de equipamentos.	Ver planilha auxiliar
C	Materiais	R\$ -	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de materiais.	Ver planilha auxiliar
D	Utensílios	R\$ -	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de utensílios.	Ver planilha auxiliar
E	Outros (especificar)	R\$ -		
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 24,49		

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO				
6	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros	%	Valor	Fundamentação
A	Custos Indiretos	0,97%	R\$ 19,91	São custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com a sua estrutura: software, rativos, organização e gerenciamento do contrato. É calculado mediante incidência percentual.
B	Lucro	0,82%	R\$ 18,27	É o ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual.
C	Tributos (incidentes sobre o Valor Total por Empregado)			
C.1	Cofins	3,00%	R\$ 115,98	Lei Complementar nº 72/70, Lei 10.637 e MP nº 135/92
C.2	PIS	0,65%	R\$ 25,13	Lei Complementar nº 70/91, Lei 10.820/2003
C.3	ISSQN	5,00%	R\$ 193,30	Art. 146 da CF/88, Lei Complementar nº 216/03, Lei Orgânica Municipal
TOTAL			R\$ 372,59	

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO	
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor
A Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 1.717,97
B Módulo 2 - Encargos e benefícios anuais, mensais e diários	R\$ 1.390,75
C Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 139,32
D Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente	R\$ 220,83
E Módulo 5 - Insumos diversos	R\$ 24,49
Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 3.493,37
F Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros	R\$ 372,59
Valor Total por Empregado	R\$ 3.865,95
Valor A	2,95



FORÇA ALERTA

Rua Suelton Cruz, 271, Alto Branco - Campina Grande - PB
Telef.: (31) 3341-1700 - CEP: 53.400-000/16
E-mail: contato@forcaalerta.pb.gov.br

ADENDO II-C - QUADRO-RESUMO - VALOR MENSAL POR POSTO DE SERVIÇO					
Tipo do Serviço (A)	Valor proposto por Empregado (B)	Quant. De Empregados por Posto (C)	Valor proposto por Posto (D) = (BxC)	Quant. De Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)
POSTO de Vigilância Armada noturno das 18:00 às 4:00 horas na escada de 12 e 361, de segunda a domingos inclusive feriados. O serviço deverá ser prestado nos moldes de um Órgão Público.	R\$ 3.965,95	02	R\$ 7.731,90	12	R\$ 92.782,80
Valor Mensal dos Serviços - TJPB - PARAIBA					R\$ 92.782,80

ADENDO II-D - QUADRO-DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - POSTO ITEM	
Descrição	Valor (R\$)
A Valor proposto por posto:	R\$ 7.731,90

Campina Grande-PB, 18 de julho de 2019



FORÇA ALERTA
Rua F. de Santa Cruz, 221, Alto D'Amor - Campinas Grande - PE
Tel/Fax: (35) 3241.1700 - CEP: 55.040-247/0201-18
E-mail: forcaalerta@forcaalerta.com.br

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Dados complementares
Regime Tributário: LUCRO REAL

Discriminação dos Serviços (dados referente à contratação)	
A Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	18/07/2019
B Município/UF	PARANÁ
C Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	PROG0074/2019
D Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
POSTO de vigilância armada, diurno 44 horas, na escala de (5 x 2), de segunda a sexta-feira. O serviço deverá ser prestado nas instalações de um órgão Público Estadual.	POSTO	8

ANEXO II-A- MÃO-DE-OBRA

Mão-de-obra vinculada à execução contratual	
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra	
1 Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância Diurna 44h
2 Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3 Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 1.058,07
4 Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante
5 Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/2019

MÓDULO 1- COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
Item	Composição da Remuneração	Alíquota	Valor	Fundamentação
A	Salário Base (CLT - Categoria A-1)		R\$ 1.058,07	São os salários normativos categoria, relativos ao mês da data base, constantes dos acordos, convenções ou dissídios da categoria profissional.
B	Adicional de Risco de Vida/ Periculosidade (Lei nº 32.740/82/121)	30,00%	R\$ 317,42	Previsto em legislação em acordo coletivo, para trabalho em condições de periculosidade, base impulsiona em índices de risco a saúde do trabalhador ou integridade física. Ref. art. 193 e 194 da CLT, art. 3º inciso XXIII da Constituição Federal, Norma Sindicatária nº 16 de 19/03/2019.
C	Adicional Noturno	20,00%	R\$ -	É o adicional conferido ao trabalhador ao transitar exercendo entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte, sendo remunerado com adicional de pelo menos 20% (art. 73 da CLT, art. 7º inciso CC da Constituição Federal, Súmula nº 69 da TST - Orientação).
D	Hora noturna adicional		R\$ -	Adicional decorrente de cada hora remunerada no período noturno que corresponder a 52 minutos e 10 segundos (art. 71 § 1º da CLT, art. 7º inciso IX da CF/88, jurisprudência - SDB 127, Orientação Jurisprudencial - SDB 135).
E	Adicional de Hora extra		R\$ -	Corresponde ao tempo trabalhado além da jornada diária estabelecida pela legislação, contrato de trabalho ou norma coletiva de trabalho. Deve ser calculado no mesmo mês e ano o valor da hora normal, caso o trabalho seja realizado em dias da semana (de segunda a sábado), e do sábado e domingo.
F	Outros (especificar)		R\$ -	
G	Outros (especificar)		R\$ -	
Total de Remuneração			R\$ 1.375,49	

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo
A 13º Salário	8,33%	R\$ 111,59	Corresponde à gratificação natalina. É um direito do trabalhador garantido pela Constituição, portanto é uma gratificação compulsória. Corresponde ao valor da remuneração mensal percebida no mês de dezembro.	Forma de cálculo: Férias - Abono de Férias = 2,70% x 49,9% = 12,87, aproximadamente 12,10 %. (Dessa modo a parcela mensal pode ser obtida pelo cálculo: Férias (3/36) x 120 = 9,92% + Abono de Férias (1/3) (15/54) x 100 = 2,49%
B Férias e Adicional de Férias (Conta Vinculada)	12,10%	R\$ 166,43	É um direito do trabalhador, garantido na Constituição, em geral férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.	Forma de cálculo: Férias - Abono de Férias = 2,70% x 49,9% = 12,87, aproximadamente 12,10 %. (Dessa modo a parcela mensal pode ser obtida pelo cálculo: Férias (3/36) x 120 = 9,92% + Abono de Férias (1/3) (15/54) x 100 = 2,49%
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	R\$ 281,01	

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo
A INSS	20,00%	R\$ 331,30	Art. 195, inciso I, alínea "a", CF/88; art. 22, inciso I da Lei 8.212/91. Percentual incidente = 28%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
B SESI ou SESC	1,50%	R\$ 24,85	Art. 30 da Lei 8.036/90, art. 1º da Lei 8.154/90 e Decreto Lei 2.318/86. Percentual incidente = 1,5%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
C SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 16,57	Art. 15 da Lei 8.154/90 e Decreto Lei 2.318/86. Percentual incidente = 1,0%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
D INCRA	0,20%	R\$ 3,31	Lei 2.412/55, art. 1º, inciso I, Decreto Lei 1.136/78. Percentual incidente = 0,20%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
E Salário educação	2,50%	R\$ 41,43	Art. 212, § 5º, CF/88; Lei 9.246/96, Decreto 6.831/2006. Percentual incidente = 2,5%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
F FGTS	8,00%	R\$ 132,52	Art. 7º, inciso III, CF/88 e art. 15 da Lei 8.036/90. Percentual incidente: 8%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
G Riscos Ambientais de Trabalho (RAT x FAP)	2,49%	R\$ 41,25	Art. 2º, inciso II da Lei 6.219/90, art. 10 da Lei 10.686/2003, art. 202-A do Regime de Previdência Social. Percentual incidente: alíquotas de 1%, 2%, ou 3%, ou variáveis conforme NR49.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual % (Ver SESP/GRAP)
H SEBRAE	0,60%	R\$ 9,94	Art. 3º, § 3º da Lei 8.029/90. Percentual incidente: 0,6%.	(Total do módulo 1 + Total do módulo 2) x percentual %
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,29%	R\$ 601,15	Todos os percentuais vinculados a este módulo são sobre o módulo 1 + 2



FORÇA ALERTA

Rua Émile Cote, 221, Alto Branco - Campinas Grande - PB
56.720-353, 53.111-100 - CNPJ: 10.456.343/0001-10
E-mail: contato@forcaalerta.com.br

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSÁIS E DIÁRIOS				
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo	
A Transporte (40 x 2 passageiros x 220) - (Sal x 0,6%)	R\$ 3,80	R\$ 103,72	Valor referente aos custos de transporte do empregado, proporcionado pelo empregador por meio de transporte próprio ou por meio de beneficiamento de passagens transportes.	Forma de cálculo: (Dias de trabalho no mês) x (Número de Passageiros por dia) x (Custo da passagem) = (Custo total das passagens) dividido por 60, do salário base do empregado.
B Auxílio Alimentação (100 x 15,0) - (200%)	R\$ 16,50	R\$ 290,40	É previsto no Regulamento do Trabalho (RT) - RT instituído pela Lei 4.312/76, o auxílio-alimentação é fornecido por dia trabalhado, podendo ser descontado do empregado o valor correspondente a 40% de custo direto da alimentação, a participação do empregado deve.	Forma de cálculo: (Custo direto de custos alimentação x 40%) dividido por 240, dividido por 240.
C Coberturas Sociais	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
D Contribuição Assistência Paternal	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
E Seguro de vida/ Auxílio funeral	R\$ -	R\$ 3,68	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
F Auxílio funeral	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
G Dia do Vigilante	R\$ -	R\$ 3,82	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria. Forma de cálculo: (Valor da remuneração/12 meses/12 meses) x (rel x diárias/12 meses).
H Exames médicos (admissional/periódico/demissional)	R\$ -	-	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
I Outros (Assistência Jurídica)	R\$ -	R\$ 0,25	Considerar custo quando previsto em Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.	Conforme Convenção ou Acordo Coletivo da Categoria.
Total de Benefícios mensais e diários		R\$ 401,86		

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSÁIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	%	Valor
2.1 Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	20,93%	R\$ 281,01
2.2 Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições	36,29%	R\$ 601,35
2.3 Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	0,00%	R\$ 401,86
TOTAL DO MÓDULO 2	56,72%	R\$ 1.284,01

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão	%	Valor	Fundamentação
A	Aviso-prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,78	Art. 487, CLT, art. 7º, XXI, CF/88
B	Incidência do FGTS sobre o aviso-prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,46	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90
C	Multa do FGTS do aviso-prévio indenizado	0,01%	R\$ 0,17	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90
D	Aviso-prévio trabalhado	1,94%	R\$ 26,68	Art. 487 e 488, CLT, art. 7º, XXI, CF/88
E	Incidência do submódulo 3.1 sobre o aviso prévio trabalhado	0,70%	R\$ 9,68	-
F	Multa do FGTS do aviso-prévio trabalhado (Conta Vinculada)	5,00%	R\$ 68,77	Art. 18, §1º, Lei 8.036/90
TOTAL DO MÓDULO 3		6,11%	R\$ 111,55	Todos os percentuais vinculados a este módulo são sobre a remuneração

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE					
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais		%	Valor	Fundamentação	Memória de Cálculo/ Notas Explicativas
A	Substituto na cobertura de Férias (IN 07/18)	0,93%	R\$ 12,74	Art. 129-133, CLT, art. 7º, XVII, CF/88	Total da Remuneração x % Percentual das férias do mês: $\frac{(1 + \frac{1}{3} \text{ de dias})}{12} \times 0,93\%$
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais (IN 07/18)	0,28%	R\$ 3,82	Art. 473 da CLT	Cálculo: $\frac{1 \text{ dia}}{30 \text{ dias}} \div \frac{12 \text{ meses}}{1} = 0,278\%$
C	Substituto na cobertura de Licença-paternidade (IN 07/18)	0,02%	R\$ 0,28	Art. 473, III, CLT, art. 7º, XIX e art. 10, § 1º, II, ABCT, CF/88	De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Cálculo: $\frac{5 \text{ dias de licença por ano}}{30 \text{ dias}} \times \frac{1}{12 \text{ meses}} \times 100 = 0,0042 \text{ e } 100 = 0,02\%$
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho (IN 07/18)	0,33%	R\$ 4,58	Art. 19-23, e 68, da Lei 8.213/91, e art. 75 do RPS	Cálculo: $\frac{15 \text{ dias de afastamento}}{30 \text{ dias}} \div \frac{12 \text{ meses}}{1} \times 90\% \text{ dos empregados} = 0,333\%$
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (IN 07/18)	0,02%	R\$ 0,29	Toda empresa que tiver 20 ou mais empregados deve ter um programa de seguro-saúde para os empregados, conforme Lei 11.770/2008.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Considerando-se o custo de encargo como sendo 42,52% da remuneração (10% 20,00% + SAT 2,40% + 12% Salário 18,50% + FGTS 5,00% + Multa Beneficiária 4,60%) e que a licença maternidade dura 4 meses a provisão para este item corresponde a: $(0,0144 \times 0,1 \times 0,4252 \times 42,52) = 0,002624 \text{ e } 100 = 0,2624\%$
F	Substituto na cobertura de Auxílio Doença (IN 07/18)	1,39%	R\$ 19,11	Art. 59-64, Lei 8.213/91, art. 70-80, RPS	Cálculo: $\frac{5 \text{ dias de afastamento}}{30 \text{ dias}} \div \frac{12 \text{ meses}}{1} \times \frac{(0,30/10) \times 100}{1} = 1,389\%$
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		2,97%	R\$ 40,81	Todos os percentuais vinculados a este módulo são sobre a remuneração	



FORÇA ALERTA

Rua Estrela Cruz, 231, Alto Branco - Campinas Grande - PB
Fale Fala: (33) 3341-1700 - CNPJ: 10.456.347/0001-16
E-mail: atendimento@forcaalerta.com.br

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.2 - Intraorçanda	%	Valor	Fundamentação
A Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 206,32	Corresponde ao intervalo para repouso ou alimentação em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas. Nos casos em que o intervalo para repouso ou alimentação não for concedido, o empregador ficará obrigado a remunerar esse período nos termos da lei.
TOTAL SUBMÓDULO 4.2	0,00%	R\$ 206,32	

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor	
A Ausências Legais	2,97%	R\$ 40,81	
B Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	R\$ 206,32	
TOTAL DO MÓDULO 4	2,97%	R\$ 247,13	
Total de Encargos	67,80%		

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
S	Insumos Diversos	Valor	Fundamentação
A	Uniforme	R\$ 12,40	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de uniformes para a categoria profissional.
B	Equipamentos	R\$ 12,00	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de equipamentos.
C	Materiais	R\$ -	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de materiais.
D	Utensílios	R\$ -	Considerar quando o objeto prevê o fornecimento de utensílios.
E	Outros (especificar)	R\$ -	---
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 24,40	

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
G	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros	%	Valor
A	Custos Indiretos	0,57%	R\$ 17,34
B	Lucro	0,52%	R\$ 15,91
C	Tributos (incidentes sobre o Valor Total por Empregado)		
C.1	Cofins	3,00%	R\$ 101,02
C.2	PIS	0,65%	R\$ 21,89
C.3	ISSQN	5,00%	R\$ 168,36
TOTAL			R\$ 324,52

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$	1.375,49
B	Módulo 2 - Encargos e benefícios sociais, mensais e diários	R\$	1.284,01
C	Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$	111,55
D	Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente	R\$	247,13
E	Módulo 5 - Insumos diversos	R\$	24,49
Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$	3.042,67
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucros	R\$	324,52
Valor Total por Empregado		R\$	3.367,19
Valor K			2,85



FORÇA ALERTA

Rua: 5 de Julho Cruz 211, Alto Bomco - Campina Grande - PB
Tel/Fax: (31) 3344-1700 - CNPJ: 10.435.847/0001-54
E-mail: somasinal@grupofortaleza.com.br

ADENDO II-C - QUADRO-RESUMO - VALOR MENSAL POR POSTO DE SERVIÇO					
Tipo do Serviço	Valor proposto por Empregado	Quant. De Empregados por Posto	Valor proposto por Posto	Quant. De Postos	Valor Total do Serviço
(A)	(B)	(C)	(D) = (BxC)	(E)	(F) = (DxE)
POSTO de vigilância armada, diurno 44 horas, na escala de (5 x 2), de segunda a sexta-feira. O serviço deverá ser prestado nas instalações de um Segurador Privilegiado.	R\$ 3.367,19	01	R\$ 3.367,19	08	R\$ 26.937,52
Valor Mensal dos Serviços - TJPB - PARAIBA					R\$ 26.937,52

ADENDO II-D - QUADRO-DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - POSTO ITEM	
Descrição	Valor (R\$)
A Valor proposto por posto	R\$ 3.367,19

Campina Grande-PB, 18 de julho de 2019



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalertasv.com.br

LOTE I

Valor Global da Proposta – LOTE I

Descrição	Qtd. de Postos	Valor Por Posto	Valor Mensal	Valor Global (12 meses)
Posto 8 horas diurnas JP	8	R\$ 3.367,19	R\$ 26.937,52	R\$ 323.250,24
Posto 24 horas JP	12	R\$ 14.068,98	R\$ 168.827,76	R\$ 2.025.933,12
TOTAL	20		R\$ 195.765,28	R\$ 2.349.183,36

Valor Mensal para o Lote 1:

cento e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos

Valor Global para o Lote 1:

dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco - Campina Grande - PB

Tele/Fax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16

E-mail: comercial3@grupoalerta.com.br

Quadro - demonstrativo do Contrato

LOTE I

Item	Descrição do Uniforme	QTD	V. Unitário	V. Total
1	Calça padrão da empresa	224	R\$10,00	R\$2.240,00
2	Camisa de mangas curtas padrão da empresa	224	R\$10,00	R\$2.240,00
3	Cinto de nylon	56	R\$10,00	R\$560,00
4	Par de coturno	56	R\$40,00	R\$2.240,00
5	Capa de chuva	56	R\$10,00	R\$560,00
6	Boné com a logomarca da empresa	56	R\$7,00	R\$392,00
7	Crachá	56	R\$1,85	R\$103,60
Valor Total				R\$8.335,60
Custo Mensal Estimado dos Uniformes por Profissional (Valor Total/56/12)				R\$12,40



FORÇA ALERTA

Rua Estelita Cruz, 221, Alto Branco – Campina Grande – PB
TeleFax: (83) 3341-1700 - CNPJ: 10.446.347/0001-16
E-mail: comercial3@grupoalerta.com.br

Quadro – demonstrativo do Contrato

LOTE I

Descrição do Equipamento	Unidade de Medida	Valor Unitário	Quantidade Estimada Necessária	Valor Total Estimado
Revólver calibre 38* (*quantidade de equipamento disponível na empresa, valor empregado para manutenção)	Unidade	R\$100,00	20	R\$2.000,00
Cinto com Coldre e baleiro	Unidade	R\$30,00	20	R\$600,00
Rádio "Walkie Talkie"	Unidade	R\$140,00	20	R\$2.800,00
Lanterna com 03 Pilhas	Unidade	R\$30,00	20	R\$600,00
Livro de Ocorrência	Unidade	R\$6,00	20	R\$120,00
Colete Balístico (*quantidade de equipamento disponível na empresa, em plena validade)	Unidade	R\$100,00	20	R\$2.000,00
Valor Total				R\$8.120,00
Custo mensal estimado dos equipamentos por profissional (Valor Total/56 vigilantes/12 meses)				R\$12,08



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

TERMO ADITIVO N.º 04/2019 AO CONTRATO TRT N.º 06/2017

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

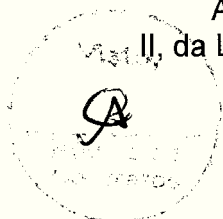
O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO, pessoa jurídica, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.658.544/0001-70, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA, portador da Carteira de Identidade n.º 988.455 – 2ª via - SSP/PB e inscrito no CPF/MF sob o n.º 456.943.034-15, e a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, com sede na Rua Estelita Cruz, n.º 221 – Alto Branco, Campina Grande/PB, CEP 58.401-470, telefones (83) 3341-1700/3224-6581, e-mails comercial3@grupoalertasv.com.br e diretoria@grupoalertasv.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.446.347/0001-16, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, SHIGEAKI MARACAJÁ RAMOS, brasileiro, casado, natural de Gurjão/PB, portador da Cédula de Identidade n.º 1.170.000 SSP/PB e do CPF/MF n.º 024.095.094-10, com endereço na Rua Reginaldo Cavalcante Pereira, n.º 135 – Centenário, Campina Grande/PB, CEP 58.100-000, tendo em vista o que consta do **Protocolo TRT n.º 7.449/2019**, celebram o presente Termo Aditivo da forma a seguir, mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento firmado em 26/04/2017:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a **supressão de 04 (quatro) postos de vigilância noturno e de 04 (quatro) postos de vigilância diurno, a partir de 01/08/2019**, nos termos do Protocolo TRT n.º 7.449/2019, na forma descrita nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente alteração contratual tem fundamento no disposto no art. 65, §2.º, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES E DO QUANTITATIVO DE POSTOS

2.1. Serão suprimidos: 04 (quatro) postos de serviços de vigilância armada noturno 12x36 horas e 04 (quatro) postos de serviços de vigilância armada diurna 12x36 horas, nas cidades de Itabaiana, Mamanguape, Picuí e Cajazeiras/PB.

2.2. Em razão das supressões, o quantitativo de postos empregados na execução dos serviços ficará distribuído da forma descrita no Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

Em virtude das alterações acima mencionadas, o valor mensal do Contrato TRT n.º 06/2017 passará, a partir de **01/08/2019**, de R\$ 237.311,16 (duzentos e trinta e sete mil, trezentos e onze reais e dezesseis centavos) para **R\$ 183.180,82 (cento e oitenta e três mil, cento e oitenta reais e oitenta e dois centavos)**, nos termos da Planilha Resumo Geral constante do Anexo I.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições anteriormente pactuadas

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

João Pessoa/PB, 05 de julho de 2019.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO
Alexandrê Gondim Guedes Pereira
Diretor-Geral

FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio-Diretor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

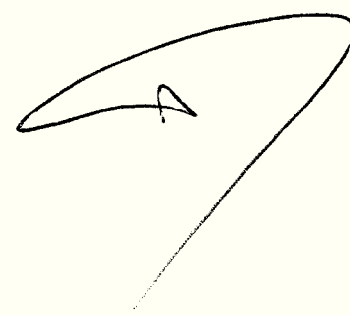
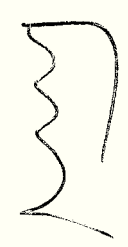
ANEXO I – PLANILHA DE RESUMO GERAL

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'A' followed by a long, sweeping horizontal stroke that curves upwards at the end.

RESUMO GERAL

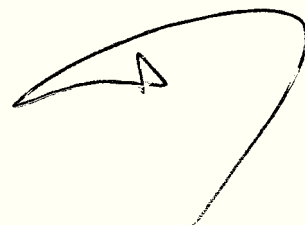
Supressão de 08 postos: a partir de 01/08/2019

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. HOMENS	VALOR UNIT. (POSTO)	QUANT. POSTO	VALOR UNIT. X QUANT. POSTO MENSAL
1	1.1 Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 18:00h às 06:00h, na cidade de João Pessoa/PB	2	R\$ 7.597,16	5	R\$ 37.985,80
	1.2 Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de João Pessoa/PB	2	R\$ 6.392,18	3	R\$ 19.176,54
	1.3 Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS, nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos - 06:00 às 18:00h, na cidade de João Pessoa/PB	2	R\$ 2.130,72	2	R\$ 4.261,44
	1.4 Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a sexta - 06:00 às 18:00h, na cidade de João Pessoa/PB	2	R\$ 6.392,18	2	R\$ 12.784,36
2	2.1 Posto de vigilância, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Campina Grande/PB.	2	R\$ 7.583,14	2	R\$ 15.166,28
	2.2 Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Campina Grande/PB	2	R\$ 6.378,18	2	R\$ 12.756,36
3	3.1 Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Santa Rita/PB	2	R\$ 6.416,68	1	R\$ 6.416,68
	3.2 Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Santa Rita/PB.	2	R\$ 7.621,66	1	R\$ 7.621,66
4	4.1 Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Cajazeiras/PB	2	R\$ 6.067,40	0	R\$ -
	4.2 Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Cajazeiras/PB.	2	R\$ 7.246,56	0	R\$ -

5	5.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Sousa/PB	2	R\$ 6.067,40	1	R\$ 6.067,40
	5.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Sousa/PB.	2	R\$ 7.246,56	1	R\$ 7.246,56
6	6.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Itaporanga/PB	2	R\$ 6.003,10	1	R\$ 6.003,10
	6.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Itaporanga/PB.	2	R\$ 7.169,76	1	R\$ 7.169,76
7	7.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Catolé do Rocha/PB	2	R\$ 6.067,40	1	R\$ 6.067,40
	7.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Catolé do Rocha/PB.	2	R\$ 7.246,56	1	R\$ 7.246,56
8	8.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Patos/PB	2	R\$ 6.200,24	1	R\$ 6.200,24
	8.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Patos/PB.	2	R\$ 7.405,22	1	R\$ 7.405,22
9	9.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Monteiro/PB	2	R\$ 6.200,24	0	R\$ -
	9.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Monteiro/PB.	2	R\$ 7.405,22	0	R\$ -
10	10.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Picuí/PB	2	R\$ 6.200,24	0	R\$ -
	10.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Picuí/PB.	2	R\$ 7.405,22	0	R\$ -
11	11.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Areia/PB	2	R\$ 6.200,24	0	R\$ -
	11.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Areia/PB.	2	R\$ 7.405,22	0	R\$ -

12	12.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Guarabira/PB	2	R\$	6.200,24	1	R\$	6.200,24
	12.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Guarabira/PB.	2	R\$	7.405,22	1	R\$	7.405,22
13	13.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Itabalana/PB	2	R\$	6.200,24	0	R\$	-
	13.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Itabalana/PB.	2	R\$	7.405,22	0	R\$	-
14	14.1	Posto de vigilância humana, ARMADA DIURNA, 12x36 HORAS de segunda a domingo - 06:00 às 18:00h, na cidade de Mamanguape/PB	2	R\$	6.200,24	0	R\$	-
	14.2	Posto de vigilância humana, ARMADA NOTURNO, 12x36 HORAS, de segunda a domingo - 18:00 às 06:00h, cidade de Mamanguape/PB.	2	R\$	7.405,22	0	R\$	-
VALOR TOTAL MENSAL - valor por extenso (cento e oitenta e três mil, cento e oitenta reais e oitenta e dois centavos)							183.180,82	






PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

CONTRATO TRT N.º 06/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO E A EMPRESA FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.^a REGIÃO, pessoa jurídica, com sede na Avenida Corálio Soares de Oliveira, s/n – Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-260, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.658.544/0001-70, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Paulo Lindenberg Castor de Lima, portador da Cédula de Identidade n.º 1.019.141 – SSP/PB e do CPF n.º 486.379.634-04, e a empresa **FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, com sede na Rua Estelita Cruz, n.º 221, Alto Branco, Campina Grande/PB, CEP: 58.401-470, telefones: (83) 3341-1700/3224-6581, e-mails: comercial3@grupoalertasv.com.br e diretoria@grupoalertasv.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.446.347/0001-16, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Diretor, Shigeaki Maracajá Ramos, brasileiro, casado, natural de Gurjão/PB, portador da Cédula de Identidade n.º 1.170.000 SSP/PB e do CPF/MF n.º 024.095.094-10, com endereço na Rua Reginaldo Cavalcante Pereira, n.º 135, Centenário, Campina Grande/PB, CEP: 58.100-000, tendo em vista o que consta do **Protocolo TRT n.º 11.208/2016**, firmam o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Este contrato fundamenta-se:

I. No **Pregão Eletrônico n.º 01/2017**, regido pela Lei n.º 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, e pela regulamentação dada pelos Decretos n.º 3.555/2000, n.º 5.450/2005 e suas alterações, Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, Instrução Normativa n.º 02/2008 do MPOG (alterada pela Instrução Normativa n.º 03, de 16 de outubro de 2009, Instrução Normativa n.º 04 de 11 de novembro de 2009, Instrução Normativa n.º 05, de 18 de dezembro de 2009, Instrução Normativa n.º 06, de 23 de dezembro de 2013, Instrução Normativa n.º 03, de 24 de junho de 2014, e Instrução Normativa n.º 04, de 19 de março de 2015), Resolução CNJ n.º 169/2013 (alterada pela Resolução CNJ n.º 183/2013), Lei Complementar n.º 123/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014), Decretos n.º 8.538/2015 e n.º 6.204/2007;



Assinaturas manuscritas das partes contratantes.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

II. Nos termos propostos pela CONTRATADA que, simultaneamente:

- a) constem no **Protocolo Administrativo TRT 13^a n.º 11.208/2016**;
- b) não contrariem o interesse público;

III. Nas determinações das Leis n.ºs 8.078/90, 8.666/93 e 9.784/99;

IV. Nos preceitos de direito público;

V. Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços especializados de vigilância armada diurna e noturna nas unidades que compõem este Tribunal, nos termos e condições constantes no Edital e seus anexos, que independentemente de transcrição são parte integrante deste instrumento, e neste contrato.

Subcláusula única. O quantitativo de postos de serviços empregados neste contrato encontra-se discriminado da seguinte forma:

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE
1	CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB	
1.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	5
1.2	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 06h00 às 18h00	2
1.3	12 HORAS DIURNAS, SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 06h00 às 18h00	3
1.4	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA 06h00 às 18h00	2
2	CIDADE DE CAMPINA GRANDE /PB	
2.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1
2.2	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1
3	CIDADE DE SANTA RITA /PB	
3.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO

3.2.	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
4	CIDADE DE CAJAZEIRAS /PB	
4.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
4.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
5	CIDADE DE SOUSA /PB	
5.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
5.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
6	CIDADE DE ITAPORANGA /PB	
6.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
6.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
7	CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA /PB	
7.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
7.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
8	CIDADE DE PATOS /PB	
8.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
8.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
9	CIDADE DE MONTEIRO /PB	
9.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
9.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
10	CIDADE DE PICUÍ /PB	
10.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
10.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

11	CIDADE DE AREIA /PB	
11.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
11.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
12	CIDADE DE GUARABIRA /PB	
12.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
12.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
13	CIDADE DE ITABAIANA /PB	
13.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
13.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
14	CIDADE DE MANAGUAPE /PB	
14.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1
14.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1
QUANTIDADE TOTAL DE POSTOS		38

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços especializados de vigilância armada, nos 38 (trinta e oito) postos fixados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13.^a Região, envolvendo a alocação de mão de obra para atender às necessidades de vigilância armada (humana e patrimonial), nas cidades de João Pessoa, Santa Rita, Mamanguape, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, Areia, Picuí, Patos, Monteiro, Itaporanga, Cajazeiras, Sousa e Catolé do Rocha, objeto deste contrato, devem ser prestados pelos empregados da CONTRATADA na forma e periodicidade constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 01/2017**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS EQUIPAMENTOS E DOS MATERIAIS

A CONTRATADA fornecerá todos os equipamentos e materiais necessários à realização dos serviços objeto deste Contrato, conforme descrito na Cláusula 11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA deste Contrato e do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

Este contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, a critério do CONTRATANTE, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

Subcláusula primeira. A efetiva prestação de serviços terá início no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE.

Subcláusula segunda. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente, excluído o primeiro e incluído o último.

Subcláusula terceira. Na ocasião da prorrogação do contrato, a realização de pesquisa de mercado poderá ser dispensada se os valores envolvendo a folha de salários estiverem baseados em convenção, acordo coletivo de trabalho da categoria, conforme Acórdão do TCU n.º 1.214/2013 – Plenário. Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quando as obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho ou de lei) e materiais poderão ser efetuados com base no índice IPCA.

Subcláusula quarta. Os valores contratados poderão ser repactuados de acordo com o disposto na legislação vigente à época da repactuação e consoante a Instrução Normativa n.º 02/2008 do MPOG/SLTI.

Subcláusula quinta. A empresa CONTRATADA deverá consignar a natureza do vínculo do profissional prestador do serviço.

Subcláusula sexta. A pelo menos 60 (sessenta) dias corridos do término da vigência deste instrumento, o CONTRATANTE (caso seja do seu interesse para fins de obtenção de preços e condições mais vantajosas) expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias corridos contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

Subcláusula sétima. Se positiva a resposta, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

Subcláusula oitava. A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

Subcláusula nona. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido merecerá do CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade, nos termos do subitem 2.11 da Cláusula Dezesseis deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

O valor mensal deste contrato é de **R\$ 239.347,68 (duzentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos)**, referente à prestação dos serviços descritos neste instrumento.

Subcláusula primeira. O preço unitário mensal de cada posto de serviço e o preço total mensal dos postos para a execução dos serviços, ora contratados, são fixados conforme tabela abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

ITEM	CATEGORIA	QUANTIDADE	VALOR. UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB			
1.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	5	7.508,92	37.544,60
1.2	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 06h00 às 18h00	2	6.053,56	12.107,12
1.3	12 HORAS DIURNAS, SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS 06h00 às 18h00	3	2.017,86	6.053,58
1.4	POSTO DE 12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA 06h00 às 18h00	2	6.053,56	12.107,12
2	CIDADE DE CAMPINA GRANDE /PB			
2.1	POSTO DE 12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1	7.494,94	7.494,94
2.2.	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO – 18h00 às 6h00	1	6.039,56	6.039,56
3	CIDADE DE SANTA RITA /PB			
3.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	6.057,06	6.057,06
3.2.	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.512,42	7.512,42
4	CIDADE DE CAJAZEIRAS /PB			
4.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.768,92	5.768,92
4.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.193,10	7.193,10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO

5	CIDADE DE SOUSA /PB			
5.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.768,92	5.768,92
5.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.193,10	7.193,10
6	CIDADE DE ITAPORANGA /PB			
6.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.707,76	5.707,76
6.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.116,86	7.116,86
7	CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA /PB			
7.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.768,92	5.768,92
7.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.193,10	7.193,10
8	CIDADE DE PATOS /PB			
8.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
8.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
9	CIDADE DE MONTEIRO /PB			
9.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
9.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
10	CIDADE DE PICUÍ /PB			
10.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO	1	5.895,22	5.895,22



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

	6h00min às 18h00min			
10.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
11	CIDADE DE AREIA /PB			
11.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
11.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
12	CIDADE DE GUARABIRA /PB			
12.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
12.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
13	CIDADE DE ITABAIANA /PB			
13.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
13.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58
14	CIDADE DE MAMANGUAPE /PB			
14.1	12 HORAS DIURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 6h00min às 18h00min	1	5.895,22	5.895,22
14.2	12 HORAS NOTURNAS DE SEGUNDA A DOMINGO 18h00min às 6h00min	1	7.350,58	7.350,58

TOTAL DE POSTOS E VALOR GLOBAL MENSAL (R\$)	38	-	239.347,68
--	-----------	----------	-------------------

Subcláusula segunda. Os preços acima compreendem todas as despesas com mão de obra, impostos, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, taxas, fretes, seguros, transportes, prestação de garantia e quaisquer outros custos que incida ou venha incidir sobre o objeto da presente contratação.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser repactuado, mediante negociação, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir.

Subcláusula primeira. Caberá à CONTRATADA apresentar, junto à sua solicitação de repactuação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo da proposta, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo CONTRATANTE.

Subcláusula segunda. Para os fins previstos nesta cláusula, considera-se como data do orçamento:

- I. a data limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- II. a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

Subcláusula terceira. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

Subcláusula quarta. Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo da proposta que tenham sofrido variação, exceto aqueles com previsão específica de reajustamento, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

- I. Os reajustes envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) e materiais poderão ser efetuados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE.

Subcláusula quinta. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

Subcláusula sexta. Não será admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente na proposta, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Subcláusula sétima. A proposta de repactuação, observado o disposto nesta cláusula, dependerá de iniciativa da CONTRATADA e deverá ser apresentada antes da assinatura do termo de prorrogação do contrato ou, se for o caso, do encerramento do ajuste, sob



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

pena de preclusão do direito de repactuar.

Subcláusula oitava. Na hipótese de não ter ocorrido o registro do acordo coletivo ou da convenção coletiva da categoria até a data da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá, sob pena de preclusão, ressaltar, naquele aditivo, o seu direito a repactuar. A partir da ressalva, a formalização do pedido de repactuação deverá ocorrer até a data da assinatura do termo de prorrogação subsequente.

Subcláusula nona. A inércia da CONTRATADA em ressaltar seu direito ou em solicitar a repactuação, no prazo estipulado, implicará a preclusão do direito à repactuação e ao recebimento dos valores retroativos a que eventualmente faria jus.

Subcláusula dez. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

Subcláusula onze. No caso de publicação de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, os valores envolvendo a folha de salários, no que couber, deverão ser reajustados proporcionalmente ao aumento do piso salarial da categoria.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias úteis após a entrada das Notas Fiscais, conferência e o devido "atesto" fornecido pelo Gestor do contrato designado pelo CONTRATANTE, mediante Ordem Bancária emitida em nome da CONTRATADA e creditada em sua conta-corrente que deverá estar especificada no corpo nas referidas Notas Fiscais, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas em código de barras.

Subcláusula primeira. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Subcláusula segunda Os pagamentos a que se refere o "caput" referem-se a notas fiscais de serviços.

Subcláusula terceira. A FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, quando da apresentação da nota fiscal/fatura, verificará a regularidade fiscal da CONTRATADA para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho; e consulta ao CADIN.

Subcláusula quarta. Se a nota fiscal for apresentada com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no "caput" os dias que se passarem entre a data da devolução e a reapresentação.

Subcláusula quinta. A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato, que deverá ser o mesmo dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO

documentos habilitatórios e proposta apresentada no procedimento licitatório.

Subcláusula sexta. Será efetuada por este Tribunal a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP e ISSQN.

Subcláusula sétima. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com a Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (Incluído pela Instrução Normativa n.º 6, de 23 de dezembro de 2013)”, adequando-se, assim, ao que dispõe a norma inserta no art. 17, §1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, a seguir reproduzido:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

[...]

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

[...]

§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§5º - B a § 5º - E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

Subcláusula oitava. Quando da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA também apresentará, para análise da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, os seguintes documentos, no que couber:

- a) Relação nominal dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive os que, transitoriamente, atuaram em substituição à mão de obra faltante;
- b) Comprovante de depósito bancário ou outro documento que comprove o referido pagamento, e cópia da folha de pagamento referente ao mês da execução dos serviços, identificando o nome e a matrícula do empregado;
- c) Comprovante de fornecimento dos auxílios devidos (alimentação, transporte etc., caso existam), com a respectiva data da disponibilização, quantidade, valor, mês de competência e, ainda, a assinatura do empregado atestando o recebimento;
- d) Guias de recolhimento de INSS e FGTS do mês anterior à execução dos serviços, junto com a Relação dos Trabalhadores (RE) constantes do arquivo SEFIP;
- e) Demonstrativo de férias e licenças concedidas aos empregados alocados na execução do contrato, indicando se houve ou não a substituição, referente ao mês da prestação dos serviços;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

- f) Documentação completa acerca de rescisões de empregados ocorridas no mês faturado, incluindo memória de cálculo detalhada;
- g) Documentação completa acerca da admissão de novos profissionais, incluindo cópia da carteira de trabalho.

Subcláusula nona. As notas fiscais e os documentos exigidos no Edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente para a FISCALIZAÇÃO do contrato.

Subcláusula dez. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas com as ocorrências de faltas e férias dos empregados alocados e não substituídos, referentes ao mês anterior e ao mês do faturamento.

Subcláusula onze. O CONTRATANTE, por meio da FISCALIZAÇÃO, verificará a comprovação do pagamento integral dos correspondentes salários, auxílio-alimentação, vale-transporte, bem como dos respectivos encargos sociais e trabalhistas decorrentes da relação de emprego firmada entre a CONTRATADA e os empregados alocados na execução deste contrato.

Subcláusula doze. A comprovação de que trata a subcláusula anterior será verificada mediante documentos oficiais, individualizados e identificados, correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação ou, excepcionalmente, do mês anterior, quando ainda não vencidas as referidas contribuições.

Subcláusula treze. De forma alguma a previsão de repactuação deste contrato servirá como justificativa para não quitação das obrigações trabalhistas, na forma da lei.

Subcláusula quatorze. Quando do pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual, a FISCALIZAÇÃO verificará a comprovação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador, se for o caso), por parte da CONTRATADA, haja vista a implicação da responsabilidade subsidiária do CONTRATANTE (art. 71 da Lei n.º 8.666/1993 e Enunciado n.º 331 do TST).

Subcláusula quinze. Em conformidade com a **Resolução n.º 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, com as alterações da **Resolução CNJ n.º 183/2013**, na ocasião do pagamento mensal, serão retidos da CONTRATADA, em conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os custos relativos às provisões de férias e adicionais de férias; ao 13.º salário; à multa do FGTS por dispensa sem justa causa; à incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre os valores de 13.º salário e férias com adicional; e ao valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta vinculada.

- a) Os valores depositados na conta depósito vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa.
- b) Os valores retidos da CONTRATADA referentes às provisões com férias e abono de férias; 13.º salário; multa do FGTS; incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, calculado **na forma prevista na cláusula doze deste contrato**, sobre o 13.º salário e férias, serão liberados somente quando da ocorrência e do pagamento das verbas trabalhistas, com



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

prévia autorização do CONTRATANTE, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 169/2013, com as alterações da Resolução CNJ n.º 183/2013.

- c) Se, realizados os pagamentos devidos, ainda assim houver saldo na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo (Consulta CNJ 0002928-26.2015.2.00.0000).
- d) Eventuais saldos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação – somente serão liberados à empresa contratada nos termos previstos na Resolução CNJ n.º 169/2013, com as alterações implementadas pela Resolução CNJ n.º 183/2013.
- e) Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para a conta-corrente judicial, o CONTRATANTE deverá notificar a empresa CONTRATADA sobre a ordem judicial e informar que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento e dos subsequentes a serem efetuados à empresa e depositados na conta-corrente vinculada para recomposição do saldo (art. 15 da Resolução CNJ n.º 169/2013).

Subcláusula dezesseis Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

Subcláusula dezessete. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{\frac{100}{365}} \text{ e } EM = I * N * VP$$

I = Índice de atualização financeira;

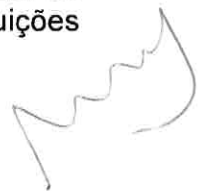

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Subcláusula dezoito. A Administração do CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

previdenciárias e do FGTS, quando não forem honrados pela CONTRATADA, conforme Acórdão do TCU n.º 1.214/2013 – Plenário.

Subcláusula dezenove. Para efeito da composição da planilha de formação de preços pela CONTRATADA e respectivo pagamento, o recolhimento dos impostos deverá observar a natureza do vínculo do profissional contratado.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos consignados ao CONTRATANTE, no Orçamento Geral da União de 2017, Programa de Trabalho **02122057142560025** e Natureza de Despesa **339037**, tendo sido emitida Nota de Empenho **2017NE000297**, datada de **24/04/2017**.

Subcláusula única - Para cobertura das despesas nos anos subsequentes, serão emitidas as respectivas Notas de Empenho, em dotação orçamentária própria para atender às despesas de mesma natureza.

CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. Acompanhar e exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, sem que isto implique em restrição à responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, designando gestor ou comissão, denominada FISCALIZAÇÃO, para executar a fiscalização do contrato.
- II. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA, quando em serviço e devidamente identificados às dependências do CONTRATANTE, respeitadas as normas internas de segurança e disciplina.
- III. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do Contrato, tais como especificações e orientações diversas, considerada a natureza dos mesmos, bem como prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- IV. Conferir e, em caso de conformidade das mesmas, atestar as Notas Fiscais, observando para sua fonte específica de recursos a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, bem como à luz dessas Notas Fiscais devidamente atestadas pelo Gestor do Contrato/FISCALIZAÇÃO, efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.
- V. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais e respeitados os normativos internos do CONTRATANTE.
- VI. Fazer cumprir, por meio do gestor do Contrato, o acompanhamento dos preços praticados, se estes encontram-se compatíveis com os do mercado correlato, cuidando do que é mais vantajoso à administração, com relação à renovação ou a necessidade de uma nova licitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO

VII. Acompanhar o realinhamento de preços, de acordo com a data base da categoria, decorrente de repactuação em Dissídio Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria dos Vigilantes, por seus sindicatos.

VIII. Disponibilizar instalações sanitárias e ambiente para as outras necessidades a exemplo das refeições.

Subcláusula primeira. Compete à FISCALIZAÇÃO, entre outras atribuições:

- a) Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.
- b) Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do objeto contratual executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
- c) Manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica.
- d) Acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade destes serviços ou não cumprimento do contrato.
- e) Promover, mensalmente, por ocasião do ateste dos serviços prestados, rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e providenciar o pagamento da fatura apenas após a CONTRATADA comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas, bem assim comprovar não possuir nenhuma pendência de qualquer outra documentação exigível por contrato.
- f) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
- g) Fiscalizar o cumprimento de suas determinações quanto aos salários e função profissional, mediante exame da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a qual, quando solicitada, deverá ser encaminhada à fiscalização.
- h) Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.
- i) Encaminhar à Secretaria Administrativa – SAdm do CONTRATANTE os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.
- j) Examinar as carteiras de trabalho dos profissionais alocados na prestação dos serviços, para comprovar o registro de função profissional, valor do salário a ser pago e o cumprimento das obrigações trabalhistas.
- k) Exigir a qualquer tempo a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

- l) Solicitar toda e qualquer documentação da CONTRATADA para comprovar o regular cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias etc., necessárias à fiscalização do contrato, estipulando, para tanto, prazo para sua apresentação, sob pena de aplicação de multa.

Subcláusula segunda. A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência dessa, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade como artigo 70 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA ONZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades específicas.
- b) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- c) Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre os serviços, objeto do presente contrato.
- d) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que venham ser vítimas os seus empregados em serviço, cumprindo todas as suas obrigações quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e lhes assegurando as demais exigências para o exercício das atividades.
- e) Indicar um preposto a quem a fiscalização se reportará de forma ágil, bem como organizar e coordenar os serviços sob a responsabilidade da CONTRATADA.
- f) Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços.
- g) Implantar os postos de serviço, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, disponibilizando a mão de obra nos respectivos Postos, nos locais e horários fixados pela Administração.
- h) Apresentar à Administração do CONTRATANTE, documentação comprobatória emitida pelo Departamento de Polícia Federal (Alvará ou autorização para funcionamento). Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, por meio de Certidão de Curso de Formação de Vigilantes, expedida por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, bem como apresentar, anualmente, documento comprobatório de atualização dos cursos de atualização.
- i) É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

- j) Não veicular publicidade acerca do objeto deste Contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- k) Apresentar a relação dos profissionais a serem alocados para a prestação dos serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas após o recebimento da Ordem de Serviço, preenchendo as condições necessárias estabelecidas neste contrato.
- l) Reparar ou corrigir, às suas expensas, os vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.
- m) Substituir, definitivamente, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.
- n) Cumprir as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE, porém, sem qualquer vínculo empregatício para com este, orientando os seus profissionais nesse sentido.
- o) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aquelas referentes à segurança e à medicina do trabalho, inclusive fornecendo produtos apropriados à proteção dos profissionais expostos a condições climáticas adversas.
- p) Capacitar os seus trabalhadores em saúde e segurança do trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de 02 (duas) horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, em conformidade com a exigência contida no art. 1.º da Resolução CSJT n.º 98/2012.
- p1) Instruir seus profissionais quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas dependências do CONTRATANTE.
- q) Respeitar o sistema de segurança do CONTRATANTE e fornecer todas as informações solicitadas.
- r) Ter pleno conhecimento dos locais onde serão executados os serviços e ser responsável exclusivo, em qualquer caso, por danos materiais ou prejuízos que, direta ou indiretamente, venham causar, exonerando expressamente o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades ou ônus, pelo ressarcimento ou indenizações que forem devidas.
- s) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato.
- t) Entregar ao CONTRATANTE cópia do instrumento coletivo (acordo/convenção/dissídio) do Sindicato a que pertencerem os empregados alocados na execução do objeto desta contratação, quando da assinatura do contrato, anualmente e sempre que houver alteração.
- u) Suprir toda e qualquer falta na prestação dos serviços mediante o oferecimento de profissional substituto que atenda aos requisitos técnicos e perfil exigidos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

v) Manter atualizada a documentação apresentada para a habilitação, devendo a CONTRATADA informar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, caso ocorra, a impossibilidade de renovação ou apresentação de quaisquer documentos, justificando a ocorrência.

w) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

x) Pagar aos seus empregados, até o 5.^o (quinto) dia útil do mês subsequente, consoante previsão alojada no art. 459, §1.^o, do Decreto-Lei n.^o 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) independente do repasse realizado pela Administração, bem como apresentar os comprovantes de pagamento de salários, benefícios dos empregados e recolhimento dos encargos sociais, sempre que solicitado pela Administração deste Tribunal.

y) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da presente contratação.

z) Entregar aos empregados o vale-transporte e o auxílio-alimentação até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços, salvo no início da contratação, quando será concedido o prazo de 10 (dez) dias corridos para o fornecimento dos auxílios aos novos contratados, como prazo para confecção dos cartões.

aa) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento à Previdência e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

bb) Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem dados ou informações a que venham a ter acesso, referentes aos serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

cc) Adotar, junto ao CONTRATANTE, os procedimentos necessários à abertura da conta-corrente vinculada, no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da notificação emitida pelo CONTRATANTE (art. 6.^o, inciso II, da Resolução CNJ n.^o 169/2013), bem como a assinatura do termo específico que permita ao TRT 13 ter acesso aos saldos e extratos e, ainda, vincule a movimentação dos valores depositados à competente autorização pelo CONTRATANTE.

dd) A CONTRATADA não poderá alocar, na execução dos serviços ou na função de preposto, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de chefia, direção e assessoramento ou de membros e servidores vinculados ao CONTRATANTE.

ee) Fica vedado o retorno de profissionais substituídos em decorrência do que dispõe a alínea "m" deste instrumento às dependências do CONTRATANTE para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais, bem como por qualquer outro motivo.

ff) Caracterizará vínculo do Profissional com a empresa a cópia da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou ficha de registro do empregado, devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho e, no caso de sócio, por cópia do Contrato Social ou sua alteração.

gg) Em caso de necessidade de substituição de empregado, aquele que substituir deverá comprovar junto ao CONTRATANTE requisitos similares ou superiores aos requisitos de capacidade técnica exigidos para o profissional quando da contratação.

hh) Manter, na Cidade de João Pessoa/PB, escritório local para representação, com profissional que detenha competência legal para a resolução de demandas inerentes ao contrato firmado com o CONTRATANTE Para a instalação do escritório de representação, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE..

ii) Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido o afastamento daqueles empregados da CONTRATADA, cuja conduta seja considerada inconveniente.

jj) Acatar as normas das legislações federal, estadual e municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual.

kk) Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social, bem como endereço, telefone, correio eletrônico, representante ou outro dado da empresa.

ll) Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

mm) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto do contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pelo CONTRATANTE ou seu Gestor.

nn) Executar os serviços que estejam expressamente previstos neste instrumento, ficando o CONTRATANTE, no caso de inobservância, totalmente isento de responsabilidade pelo pagamento respectivo.

oo) Manter os seus profissionais identificados por crachá, quando em trabalho nas dependências do TRT da 13.^a Região, orientando-os quanto ao vestuário adequado.

pp) Diligenciar para que os profissionais tratem as autoridades, funcionários e convidados do TRT da 13.^a Região com atenção e urbanidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO

qq) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização do TRT da 13.^a Região quanto à execução dos serviços contratados.

rr) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Gestor do Contrato, atendendo prontamente as reclamações relativas à execução dos serviços contratados.

ss) Relatar ao TRT da 13.^a Região toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver a prestação dos serviços.

tt) Para efeito da composição da planilha de formação de preços pela CONTRATADA, o recolhimento dos impostos deverá observar a natureza do vínculo do profissional contratado.

tt1) A CONTRATADA deverá consignar a natureza do vínculo do profissional a ser alocado para a prestação dos serviços, objetivando a adequada liquidação e pagamento da despesa e, conseqüentemente, a regular fiscalização do ajuste, especificamente quanto às contribuições previdenciárias e obrigações fiscais e aos encargos sociais e trabalhistas.

uu) Observar as orientações do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, instituído pela Resolução do CSJT n.º 103/2012, dentre elas a previsão alojada alínea “a” do item 5.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS e item 5.2.1. Serviços que envolvam a utilização de Mão de Obra.

vv) Disponibilizar, no que couber, todos os equipamentos necessários (EPI's), atendendo ao disposto na NR 15 da Portaria do MTE n.º 3.214/78.

ww) Caso a CONTRATADA seja uma microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil por meio do Portal do Simples Nacional na internet, conforme previsto na Resolução CGSN n.º 15, de 23/07/2007, ou por ofício enviado à Receita Federal, até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura deste contrato, apresentando, no mesmo prazo, o comprovante da referida comunicação à gestão do contrato, sob pena de sua rescisão.

xx) Apresentar, sempre que solicitado, Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da licitante, conforme dispõe o art. 19, inciso XXIV, alínea “e” da Instrução Normativa n.º 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa n.º 06, de 23 de dezembro de 2013, emitida, no máximo, 12 (doze) meses antes da data da solicitação.

yy) Demais obrigações constantes do item 11 do Termo de Referência acostado no Protocolo TRT n.º 11.208/2016, que é parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA DOZE – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

Os encargos sociais trabalhistas serão contingenciados pelos percentuais abaixo, incidentes sobre a remuneração mensal dos empregados alocados na prestação dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS (*)				
TÍTULO	VARIAÇÃO RAT AJUSTADO 0,50% A 6,00%			
	EMPRESAS		SIMPLES	
Grupo A SUBMÓDULO 4.1 DA IN 02/2008 MPOG: RAT	Mínimo 34,30% 0,50%	Máximo 39,80% 6,00%	Mínimo 28,50% 0,50%	Máximo 34,00% 6,00%
13.º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 Constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A¹	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Total a Contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78

* Os percentuais acima definidos estão de acordo com o Anexo da IN n.º 01/2013 do Conselho da Justiça Federal.

¹ A incidência recai sobre as verbas de 13.º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT Ajustado da empresa

Subcláusula primeira. O contingenciamento será feito mensalmente, mediante depósito em conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – cujo saldo será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido com a instituição financeira, recaiando a opção sempre pelo de maior rentabilidade, na forma estabelecida na **Resolução CNJ n.º 169, de 31 de janeiro de 2013, com as alterações da Resolução CNJ n.º 183/2013.**

Subcláusula segunda. A CONTRATADA deverá providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em até 20 (vinte) dias corridos a contar da notificação do CONTRATANTE.

Subcláusula terceira. Eventuais despesas com abertura e manutenção da conta depósito vinculada deverão ser suportadas pela CONTRATADA e integrarão os custos com taxa de administração, constante da proposta comercial da empresa.

Subcláusula quarta. Caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – das despesas com abertura e manutenção da referida conta, o valor correspondente será retido do pagamento mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta depósito vinculada.

Subcláusula quinta. O CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diretamente aos empregados os pagamentos de salários, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela CONTRATADA.

Subcláusula sexta. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o parágrafo anterior pelo CONTRATANTE, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

Subcláusula sétima. As parcelas correspondentes a férias e 13.^o salário serão liberadas ao longo da execução do contrato na medida em que os eventos ocorrerem.

Subcláusula oitava. A movimentação da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será realizada nos termos do art. 19-A da Instrução Normativa n.º 02/2008, e suas alterações, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Resolução CNJ n.º 169, de 31 de janeiro de 2013, com as alterações da Resolução CNJ n.º 183/2013.

Subcláusula nona. Havendo eventuais saldos na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a CONTRATADA após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo (Consulta CNJ 0002928-26.2015.2.00.0000).

CLÁUSULA TREZE – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Os serviços serão realizados conforme discriminado na cláusula segunda deste Contrato e no Termo de Referência acostado no Protocolo TRT n.º 11.208/2016, observado o limite de horas semanais, respeitados os critérios estabelecidos na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria. Em casos de necessidade, estes horários poderão ser alterados, sem qualquer custo adicional ao contratante, devendo-se obedecer a escala de trabalho dos empregados e preservação do dia de folga semanal, conforme previsto em Lei, para a compensação do dia trabalhado.

Subcláusula primeira. As atividades dos profissionais serão desenvolvidas nas jurisdições de João Pessoa, Santa Rita, Mamanguape, Guarabira, Itabaiana, Campina Grande, Areia, Picuí, Patos, Monteiro, Itaporanga, Cajazeiras, Sousa e Catolé do Rocha.

Subcláusula segunda. Caberá ao Gestor do contrato o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A CONTRATADA declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINZE – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, todos da Lei n.º 8.666/93.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

CLÁUSULA DEZESSEIS – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com fundamento no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência.

2. Multa de:

2.1. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato, por ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

- a) permitir a presença de empregado mal apresentado ou sem portar o crachá de identificação;
- b) deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados;
- c) não substituir o empregado que apresente conduta prejudicial, inconveniente ou insatisfatória à disciplina do CONTRATANTE;

2.2. 0,2% (dois décimos por cento) por dia, sobre o valor mensal estimado do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), nos casos de a CONTRATADA:

- a) atrasar, em relação às datas legalmente fixadas, o pagamento de salários, inclusive férias e 13.º salário, vale-transporte e/ou auxílio-alimentação dos empregados alocados nas datas avençadas, bem como quaisquer outras verbas trabalhistas/previdenciárias;
- b) atrasar, em relação às datas legalmente fixadas, a quitação das verbas e multas rescisórias por ocasião do encerramento do contrato de trabalho dos seus empregados;
- c) atrasar o fornecimento de equipamento ou uniforme;

2.3. 0,5% (meio por cento) sobre valor mensal estimado do contrato, por ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

- a) recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO;
- b) deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO;
- c) deixar de substituir empregados faltosos;

2.4. 2% (dois por cento) ao dia, limitado a 30% (trinta por cento), sobre o valor mensal estimado do contrato, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

2.5. 2% (dois por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal, nas dependências do CONTRATANTE, por ocorrência;

2.6. 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal estimado do contrato, limitado a 5% (cinco por cento), no caso de atraso injustificado



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

para atendimento dos prazos estabelecidos pelo CONTRATANTE para abertura da conta depósito vinculada (bloqueada para movimentação);

- 2.7. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor mensal do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento) no caso de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia;
- a) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa prevista no subitem "2.7" e demais cominações legais decorrentes da inexecução total do ajuste;
- 2.8. 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outras obrigações que não tenham sido objeto de previsão específica. A penalidade será aplicada por ocorrência ou por dia (conforme o caso), a partir do segundo registro do acontecimento de mesma natureza;
- 2.9. 10% (dez por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 2.10. 30% (trinta por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 2.11. 30% (trinta por cento) sobre o valor total anual do contrato, no caso de desistência da prorrogação contratual, após sua concordância, nos termos informados na Cláusula Quinta, subcláusula nona.
3. Impedimento de licitar e contratar com a União, e, descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4.º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

Subcláusula primeira. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

Subcláusula segunda. Constitui falta grave, caracterizada como falha na execução contratual, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e do FGTS, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado, que poderá dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

Subcláusula terceira. As sanções previstas nas alíneas "1", "3", "4" e "5" desta cláusula



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

poderão ser aplicadas, cumulativamente, à pena de multa.

Subcláusula quarta. As penalidades previstas na alínea "3" desta cláusula também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

CLÁUSULA DEZESSETE – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada, caberá recurso, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 do Estatuto Licitatório.

CLÁUSULA DEZOITO - DA GARANTIA

A CONTRATADA apresentará, **em até 10 (dez) dias úteis**, contados da publicação deste instrumento na Imprensa Oficial, garantia de execução do contrato em uma das modalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, tendo como beneficiário o CONTRATANTE.

Subcláusula primeira. A garantia deverá ser prestada com vigência de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato e será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e multas eventualmente aplicadas. Não ocorrendo o pagamento dos citados créditos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, e utilizado o saldo da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas e de multas eventualmente aplicadas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa n.º 02/2008, e alterações, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Subcláusula segunda. No que tange às obrigações resultantes das relações de trabalho e previdenciárias, a garantia deverá atender todos os créditos decorrentes de ações ajuizadas pelos empregados vinculados à CONTRATADA e a este contrato, dentro do prazo prescricional de dois anos (estabelecido no artigo 11 da CLT e artigo 7.º, inciso XXIX, da Constituição Federal) contado da extinção dos respectivos contratos de trabalho.

Subcláusula terceira. Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula quarta. Quando a garantia for apresentada na modalidade seguro-garantia, a apólice respectiva deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), devendo conter o número de registro naquela Instituição.

Subcláusula quinta. A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas e moratórias aplicadas à CONTRATADA, prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE e a terceiros, decorrentes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO

de culpa ou dolo durante a execução do contrato e obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

Subcláusula sexta. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

Subcláusula sétima. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, a instituição financeira fiadora deverá ser domiciliada ou possuir agência na cidade de João Pessoa/PB e demonstrar possuir bens suficientes à garantia integral da fiança prestada, conforme artigo 825 da Lei n.º 10.406/2002. A carta de fiança deverá conter cláusula expressa de renúncia do fiador ao benefício de ordem previsto no artigo 827 da Lei n.º 10.406/2002, conforme facultado pelo inciso I do artigo 828 do mesmo diploma legal, e ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei n.º 6.015/73.

Subcláusula oitava. Alterado o valor do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação do termo de aditamento na Imprensa Oficial.

Subcláusula nona. Prorrogado o prazo de vigência do contrato, fica a CONTRATADA obrigada a renovar a garantia, no mesmo percentual e modalidades constantes desta cláusula, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de publicação do termo aditivo na Imprensa Oficial.

Subcláusula dez. A garantia apresentada em desacordo com os requisitos e coberturas previstas no instrumento de contrato será devolvida à CONTRATADA, que disporá do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para a regularização da pendência.

Subcláusula onze. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

Subcláusula doze. A garantia apresentada será considerada extinta nos termos da alínea “h” do inciso XIX do art. 19 da Instrução Normativa n.º 02/2008 e alterações, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA VINTE – DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A CONTRATADA não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do CONTRATANTE ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.^a REGIÃO**

Subcláusula única. A CONTRATADA não poderá, também, pronunciar-se em nome do CONTRATANTE à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como à sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a CONTRATADA fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 13.ª REGIÃO**

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária Federal da cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

João Pessoa/PB, 26 de abril de 2017.


TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13.ª REGIÃO
Paulo Lindenberg Castor de Lima
Diretor-Geral


FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.
Shigeaki Maracajá Ramos
Sócio-Diretor